

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - ANO 77 - nº 215 - 18 de setembro de 2002 - R\$ 1,70

Só Lula é capaz de unir o Brasil

RENATO RABELO*

A campanha presidencial chega a um momento decisivo. Lula mantém o favoritismo, mas há uma disputa acirrada pelo segundo lugar. Serra e Ciro engalfinham-se para ver quem será o "anti-Lula" no segundo turno. Serra, com o apoio governamental, pode suplantar Ciro. Mas ainda não se configura como um candidato de unidade – nem mesmo das classes dominantes. Une os banqueiros, não mais que os banqueiros. Qual o diferencial de Lula, como fazer para que ele amplie sua margem de votos neste momento? São três as marcas de Lula, e uma delas é nova: Lula é o único candidato capaz de unir o Brasil!

Primeira marca: Só Lula tem condições de criar empregos e valorizar o trabalho. As propostas de Lula para o setor são eficazes e têm mais consequência. Sua trajetória de vida e sua vivência sindical o qualificam, acima de qualquer outro candidato, para o tratamento de temas como geração de empregos, melhoria salarial, condições dignas de trabalho na cida-

de e no campo.

Segunda marca: Só Lula tem um projeto de defesa do país. Não se trata apenas das propostas programáticas. Quando Lula defende a Petrobras, mas exige que as atividades da empresa estejam voltadas para a geração de empregos no país, ele une a defesa de um projeto nacional ao fortalecimento da soberania brasileira. Quem mais poderia fazer isto? Serra? Mas ele representa um governo que debilitou até mesmo as Forças Armadas – que neste ano não tiveram dinheiro sequer para realizar as solenidades da Semana da Pátria! O Exército dispensou recrutas e não teve dinheiro nem para o 7 de Setembro!

Terceira e nova marca: Só Lula é capaz de unir o Brasil. Todos os candidatos afirmam que o Brasil precisa crescer. É uma unanimidade. Mas só Lula une o Brasil, pré-condição fundamental para implementar uma política de crescimento e de um novo rumo para o Brasil. Lula tem trânsito livre nas classes populares e no movimento social, de onde se originou. É apoiado pela CUT, manteve encontros com a Contag, com os



Lula em campanha: esforço para grande vantagem no 1º turno

pescadores, com os estudantes da UNE e Ubes – que também se incorporaram à sua campanha. E também vem angariando amplo apoio entre o empresariado. É o candidato que tem o respaldo de dois ex-presidentes – José Sarney e Itamar Franco. Angariou a adesão explícita do economista Celso Furtado que, com mais de 80 anos, pela primeira vez afirma que apóia um candidato à Presidência. Em todos os Estados por onde

passa, Lula participa de encontros com empresários da cidade e do campo e amplia a base de sua candidatura – no que tem desempenhado papel de relevo o vice José Alencar. Manteve encontros de alto nível com a Fiesp, a Febraban, com os embaixadores latino-americanos.

A candidatura Lula congrega o que há de mais representativo na intelectualidade e no meio artístico, como demonstrou o ato reali-

zado dia 29 de agosto no Rio de Janeiro. É o candidato com capacidade de negociar, de ouvir, de liderar a construção de um novo país. Lula não é apenas o candidato do PT, mas é o candidato que une os de baixo e os de cima, o candidato que une o Brasil!

Momento de virada. As outras candidaturas estão em atividade febril, visando ao segundo turno. Lula precisa ampliar seu leque de apoio agora, mostrando ser o único capaz de enfrentar, efetivamente, os problemas do desemprego, do crescimento econômico, da segurança pública, do atendimento às necessidades sociais, da defesa da Nação. A postura afirmativa do candidato, o único que pode unir o Brasil para retomar o desenvolvimento, gerar empregos e fortalecer a Nação, o único com trânsito entre os trabalhadores e entre os empresários, dará novo impulso à sua candidatura, melhorando ainda mais seu posicionamento nas pesquisas e dando condições de uma vitória expressiva no primeiro turno.

*presidente do PCdoB

FMI manda no governo de Fernando Henrique

Na véspera dos 180 anos do Dia da Independência, o governo de Fernando Henrique Cardoso assinou seu terceiro acordo com o Fundo Monetário Internacional, aviltando ainda mais a soberania do país e impondo novos sacrifícios aos brasileiros. Fica exposta, mais uma vez, a subserviência do atual governo, que não consegue governar sem a tutela do FMI. É o capital especulativo internacional que dita a política econômica seguida por FHC, servilmente elogiada por seu candidato à sucessão, José Serra.

Leia nota do PCdoB sobre o acordo com FMI na página 5 e a análise da era FHC nas páginas centrais

Voto certo é voto no número do candidato

WALTER SORRENTINO*

Dia 6 de outubro os eleitores estarão diante de uma máquina de votos: diligentemente, precisarão digitar 25 teclas para mudar o Brasil. Não é tarefa fácil para milhões e milhões de eleitores, pouco afeitos ainda à informatização da sociedade e do voto.

Um dos maiores problemas da campanha do PCdoB, dourante, é levar às últimas consequências a questão de ensinar a votar nos candidatos comunistas. Muitas brilhantes campanhas e trajetórias de candidatos se viram encerradas, ou truncadas, devido a esse "detalhe". O Partido já teve candidato em estados tão importantes quanto o Rio Grande do Sul ou São Paulo, já detentores de mandato, que ficaram numa honrável suplência devido a dificuldades do eleitor nessa hora – num caso espetacular, por apenas 28 votos!

É um problema de dupla ordem. O primeiro é de ordem política, exige atenção especial e, se necessário, apelo direto ao eleitor, a partir dos próprios programas eleitorais na TV e rádio. É a questão de que o único voto certo em nossos candidatos é o voto no número deles. Por trás do argumento elementar, o que se precisa dizer é que o voto na legenda comunista, no glorioso 65, não elege nossos candidatos. O problema está substancialmente ampliado este ano. Cem por cento da votação será eletrônica. Milhares de candidatos se apresentam ao eleitor, até o dia da elei-



ção. É forte a campanha para votar na legenda, não só no PT, mas mesmo em partidos como PPS, PPB, PTB.

Mas, principalmente, este ano o PCdoB não se apresenta, na maioria dos casos, apenas com um candidato a federal e a estadual. Quanto maior a nossa chapa, mais ingente deve ser o esforço para vincar o número do candidato e pedir o voto diretamente no número. Imaginem a situação de São Paulo, Bahia e Ceará, onde pretendemos eleger dois federais: muitos eleitores, esclarecidos e bem intencionados, serão induzidos a votar na legenda, "buscando ajudar o projeto comum do PCdoB". O mesmo para os estados, que são maioria, onde temos vários candidatos a deputado estadual. Será uma triste ironia!

Dois casos são particularmente importantes. Um é o do Ceará, onde fizemos da legenda 65 uma legenda de massa, com a candidatura Inácio Arruda em 2000, e hoje pretendemos eleger dois federais – ainda por cima com uma chapa própria de estaduais que, no caso, poderiam se

beneficiar com o 65! O outro é São Paulo: há três eleições que Aldo Rebelo e Jamil Murad se apresentam em "dobradinha"; mas agora ambos são federais. É claro que um trabalho muito especial precisa ser feito por todos os que os apóiam, para não haver o voto de legenda.

Por ser política, a matéria exige tratamento político e, por que não, explícito no apelo ao eleitor. Eleições são fenômeno de massa em nosso país. Para falar à maioria da sociedade, e não apenas para pequenos círculos ou redutos, é preciso levar a mensagem à esfera da TV e rádio. Não se pode subestimar, então, a necessidade de pedir diretamente o voto no horário eleitoral, esclarecer sobre o voto no número do candidato e, até mesmo, ensinar a votar ou fazer visualizar o voto na máquina, pela TV. Uma mensagem bem concebida, política e criativa, proclamada por nossos candidatos na TV, transforma-se numa orientação massiva por intermédio do trabalho de milhares e milhares de apoiadores de nossa campanha.

A questão se vincula à outra ordem de questões, que é de campanha. Aqui nossa experiência é maior, mas a escala dos problemas este ano também é maior. A "cola" eleitoral e o "ensinar a votar" devem ser matérias cotidianas na campanha desde ontem. A chamada pré-boca de urna já deve estar a todo o vapor. No caso de mala direta, devemos ser eficientes em orígenes eleitorais. Na grandeza redutos eleitorais, deve-

se até mesmo ser pedagógico e extensivo nesse trabalho. Nas vésperas da eleição, deixar a "cola" nas residências tem se mostrado um trabalho muito útil. E o esforço se coroa com a atividade de rua no dia 6 de outubro, no esclarecimento do eleitor.

O mais certo é que tudo isso não pode ser concebido como mais uma medida de campanha, mas um movimento decisivo para a vitória. A questão é não subestimar os preparativos, que são pesados, e não podem ser diluídos em meio a um sem-número de outras questões urgentes de campanha. Em geral, muitas campanhas, concordantes com isso, acabam por procrastinar as medidas que precisam ser tomadas desde já para o sucesso desse movimento.

Enfim, não se deve subestimar a "química" e a circunstância na qual o eleitor digita seu voto na urna. Um bom trabalho de campanha, complementado pelo esclarecimento no dia da eleição, deve levá-lo à urna devidamente municiado com sua "cola" eleitoral. Mas muitos deles, a maioria mesmo, passarão por um verdadeiro pânico até a hora fatídica do voto. Por isso, é necessário massificar e politizar desde já a questão, sobretudo em nossos redutos eleitorais. O único voto certo é o voto no número do nosso candidato! Disso depende a sua vitória, que é a do PCdoB!

O Vermelho também quer seu voto

O portal Vermelho está participando do Prêmio iBest 2003, o Oscar da internet brasileira.

VERMELHO
PORTAL
A ESQUERDA BEM INFORMADA

Ajude-nos a conquistar o prêmio na categoria de melhor página sobre Política. Acesse o endereço: www.vermelho.org.br

PCdoB

Mobilização militante no dia do voto

WALTER SORRENTINO*

No quadro volátil e instável que vem caracterizando a disputa presidencial, um denominador comum está presente: o voto do eleitor, mais que nunca, é um voto refletido, pensado, construído em meio a ambientes de formação da opinião do eleitor – família, trabalho, comunidade. Tudo isso é alimentado por debates e polarizações de campanha que ganharão maior proeminência junto a toda sociedade. Mais certo é que isso perdurará até o dia mesmo da eleição.

No curso das próximas semanas, evidenciar-se-ão os contornos definitivos dos argumentos de convencimento para buscar a vitória de Lula Presidente. Tal evolução inclui a possibilidade de dirigir conclamação à vitória ainda no primeiro turno eleitoral. De todo modo, a campanha do PCdoB está certamente muito bem servida com a esperança encarnada pela vitória de Lula, e isso certamente deverá encabeçar a mensagem política do Partido ao eleitor. Mesmo num eventual segundo turno, deverá se acentuar o caráter plebiscitário contra a herança de 8 anos de

governo FHC.

Tudo isso envolve enorme trabalho de convencimento, esclarecimento e politização, ao lado da motivação que pode ser produzida por uma campanha entusiástica. Certamente exige uma ainda maior soma de forças do conjunto dos Partidos da Frente para uma atuação conjunta nesta reta final de campanha até o dia da eleição. E aponta para um papel importante de um amplo esforço de esclarecimento do eleitor no dia da votação.

Ao lado da disputa presidencial, uma pléiade de candidatos se apresentará ao eleitor. Serão seis votos por eleitor, exigindo sempre a memória do número dos candidatos. O voto começa pelo deputado federal, o deputado estadual, indo em seguida, pela ordem, aos dois senadores, governador e presidente da República. Em 1998, em eleições similares (embora sem polarização na disputa presidencial e com apenas um voto ao Senado), 37% do eleitorado se abstiveram, ou votaram nulo e branco. Foram mais de 22 milhões de abstenções, 8,5 milhões de votos brancos e mais 8 milhões nulos.

Naquele ano só 57% da votação foi eletrônica, sendo o restante nas cidades com menos de 40 mil eleitores, feito à moda tradicional da cédula. Em 2002, 100% da votação será eletrônica. Isso aumentará, seguramente, o número de votos válidos. E aumentará a disputa por eles.

Impossível dissociar isso tudo da importância ainda maior de se trabalhar com a “cola” eleitoral, desde já, ensinando a votar, e organizar poderoso esforço de mobilização para o dia 6 de outubro. Se para a Presidência da República ela se basta com a demonstração de força, para as candidaturas proporcionais ela é uma das chaves para a vitória ou derrota. É sabido que um contingente majoritário do eleitorado definirá o seu voto nos candidatos proporcionais apenas nas últimas semanas, e inclusive nos dias mais próximos à data da eleição. Sabido também que um bom trabalho de esclarecimento no dia da eleição rende proporcionalmente muitos votos, desde que, como é o nosso caso, os tenhamos semeado com uma boa campanha.

Haverá um chamado claro pa-



Walter Sorrentino

ra que o eleitor leve consigo a “cola”. Haverá também o apelo às proibições conhecidas, contrárias ao aliciamento do eleitor e à distribuição de materiais nas imediações dos postos de votação, ainda que seja livre portar bandeiras e estandartes, vestir camisetas e usar bonés de candidaturas, buttons, etc. Haverá, por fim, a mobilização de fiscais e delegados partidários nos postos de votação. Em meio a isso tudo, opções claras precisam ser feitas: o lugar dos militantes e apoiadores das candidaturas do PCdoB, no dia 6, além de votarmos, é nas ruas! Deveremos combinar essa exigência com

os termos da legislação e com o trabalho da Frente Lula Presidente, que nomeará fiscais e delegados para o pleito.

O PCdoB acumula já grande experiência de campanha. Entre as questões consolidadas nessa experiência é a da extraordinária importância do trabalho no dia da eleição. Nunca a dispensamos, mas nem sempre fomos inteiramente bem sucedidos nesse esforço. Subestimações estiveram presentes: exige-se pesado esforço organizativo e logístico; precisa ser preparado com antecedência e exige esforço intensivo e exclusivo de gente experiente; por fim, envolve recursos que precisam ser reservados antecipadamente.

O dia 6 de outubro é momento fundamental e devemos ganhar as ruas. O que deve ser posto em jogo é o espírito político clarividente, a motivação militante e a capacidade organizativa das direções das campanhas. Enfim, é a superação disso que definirá o tamanho de nossa vitória em outubro.

*secretário de Organização do Comitê Central do PCdoB

O Vermelho na campanha eleitoral

RENY FERES

Véspera das eleições 2002 e o Vermelho continua atuante como nunca, tornando-se referência singular para o movimento democrático. Notícias diárias abordam assuntos dos mais relevantes, levando o internauta à compreensão da realidade brasileira e fornecendo a ele elementos de reflexão sobre as propostas e bandeiras da Frente Lula Presidente.

Formando e informando

As várias seções criadas no Vermelho contribuem sobremaneira para o entendimento dessa ocasião especialmente importante para o futuro do país: esse é o momento de provar que o povo cansou de ser submetido à atual modelo político vigente e já não tolera ter sua inteligência subestimada pelo governo FHC.

As orientações da direção do Partido para essas eleições são assunto de presença constante no Portal e estarão disponíveis até 6 de outubro. Após essa data, o foco será: as análises de conjuntura, os resultados das disputas e o rumo que tomará o Brasil.

Uma das manifestações populares mais significativas do perío-

do, o plebiscito contra a Alca, contou com a cobertura incansável da equipe e, agora, com as apurações dos votos, divulga periodicamente os dados que comprovam o que já se esperava: o povo é contra!

Além de instrumento de formação e informação, o Vermelho assume um papel tradicional e constante em todas as eleições, porém com uma roupagem moderna: o de cabo-eleitoral. Os cadernos dos Comitês Estaduais, a campanha em cada região, os elos para as páginas dos candidatos, tudo isso faz dele um dos caminhos que leva os candidatos ao eleitor.

Pesquisas indicam que a internet ainda é um canal pouco popular e que o povo não tem o costume de ler, ainda mais na tela de um computador. Mas essa afirmação parece se contradizer pela quantidade de pessoas que desejam “falar conosco” e se utilizam do portal Vermelho para chegar ao PCdoB. São inúmeras as dúvidas: histórico do Partido, relação de candidatos, posição do PCdoB com relação à Alca. E o fazem para tirar dúvidas com relação à própria filosofia do Partido, seus ideais, a orientação marxista, buscando claramente sustentáculo para sua decisão de votar nos candi-

VERMELHO
SINCOM
Página inicial | Fale Conosco | Manifesto Vermelho | Busca no Portal Vermelho | Índice
DIÁRIO VELMELHO
Brasil, terça-feira, 17 de setembro de 2002
SOBERANIA
Resultado nacional do Plebiscito da Alca:
Votantes: 10,149 milhões
Contra o tratado: 9,980 milhões
NOTA: Informar: Isso não é resultado das votações não apuradas e alegada manipulação de resultados que está prevista para hoje e amanhã em Brasília quando serão entregues os resultados com o resultado do Plebiscito Nacional sobre a Alca para autoridades brasileiras e dos Estados Unidos
OPINIÃO
Renato Rabelo: Momento decisivo para Lula
HOB
1971: morto pela ditadura Lamego, o capitão
COLUNAS DO DIA
Lula: Quero Antero Apoiar Lula é a única saída para Ciro
TECENDO A MANHÃ
Coluna: Unir os partidos e Renato Rabelo
Visite www.vermelho.org.br

dos do PCdoB ou deixar de votar nos candidatos de direita. E, ainda, para preparar trabalhos escolares.

Conhecendo os caminhos

As informações estão todas lá. Aos poucos as vias de acesso vão se abrindo, como um grande mapa rodoviário. Os pontos de partida são muitos, mas é mais fácil começar da primeira página do Vermelho (www.vermelho.org.br).

Ao posicionar o mouse sobre a logomarca do PCdoB, na parte superior esquerda, abre-se uma relação de ícones, como: Programa Socialista, Estatuto, Notas e Opi-

nícias, Dúvidas mais freqüentes etc. Em seguida está a sessão “80 anos de PCdoB” que, como o nome já diz, fala tudo sobre suas oito décadas de vida.

Abaixo ainda, está um mapa do Brasil. O clique num estado, e depois, no mapa desse estado, é o caminho à página do respectivo Comitê Estadual.

Sob o mapa, está o Manifesto Vermelho, e depois um elo para a biblioteca marxista, dentro de “Marxismo+Brasil”, onde estão disponíveis vários textos que se abrem ao clicar sobre o título.

Uma das sessões mais amplas é a “Linha do Tempo”. Nela está a

relação dos principais fatos históricos de todos os tempos, em ordem cronológica.

Em “Colunas”, na parte direita da primeira página, há colunas sobre vários assuntos, conforme já noticiamos (edição 211). Os pronunciamentos oficiais do presidente do PCdoB, Renato Rabelo, estão contemplados em “Opinião”, também à direita da página.

E, já que o assunto agora é eleições, vale uma olhadinha na sessão “Eleições 2002”, abaixo da logomarca. Aí está a relação de todos os candidatos por estado e das coligações realizadas em cada um deles. Tem também a proposta de programa de governo da coligação, etc.

A Alca mereceu uma sessão especial no Vermelho. No meio da coluna da direita há uma foto da América do Sul com o slogan “Brasil sim, Alca não”. É o elo de acesso a todas as matérias que o Diário Vermelho publicou sobre esse assunto.

Finalmente, o candidato apoiado pela coligação, da qual faz parte o PCdoB. Informações sobre Lula, seu dia-a-dia, notícias da campanha, artigos etc. são facilmente acessados, ao clicar sobre a foto do Lula, na coluna da esquerda, onde diz “PCdoB com Lula Presidente”.

Praça João Amazonas: homenagem do povo de Botucatu

A Câmara Municipal de Botucatu (SP) aprovou, por unanimidade, projeto do vereador Caldas (PCdoB) dando o nome de João Amazonas a uma praça do município. Localizada na Vila dos Comerciários, bairro popular da cidade, a praça materializa o respeito e carinho dos comunistas e do povo de Botucatu à memória do histórico presidente do PCdoB. O Diretório Municipal

do Partido pretende erigir no local um pequeno monumento.

Também foi aprovado outro projeto do Vereador Caldas dando o nome de Jorge Amado à rua do Jardim Iolanda, também em Botucatu. Feliz oportunidade de terem sido homenageados, na mesma sessão, dois ilustres brasileiros, que tiveram as vidas pontuadas por coincidências: nasceram em 1912, ingressaram na política

em 1935, nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foram constituintes do Partido Comunista do Brasil em 1946.

“Trilharam depois caminhos diferentes, mas sempre mantiveram-se na defesa do povo e da identidade e soberania do povo brasileiro. E esta trajetória de glória mereceu a homenagem do povo de Botucatu e do Brasil”, justifica o vereador.

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP)

Edição: Carlos Pompeu (Mtb 249/01/128/AL)

Editor: Evar Bonotto, Reny Feres. Edição Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Francylor de Andrade Matarazzo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Mário Góis
Alameda Saratá, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP
CEP 01043-010 | Fone: (11) 3051-1800
Enderços eletrônicos: classe@pedob.org.br
www.vermelho.org.br

NACIONAL

Momento decisivo para Lula

RENATO RABELO*

A crise mundial atual, persistente, é caracterizada por um quadro de constante preparação guerreira, da parte do imperialismo norte-americano, e de tendência recessiva nos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos. Os acontecimentos sugerem a evolução de uma crise do hegemônico estadunidense, crescentemente contestado. Na Conferência "Rio+10", realizada em Johannesburgo, Colin Powell, representando o presidente George W. Bush, foi aparteado por vrias sucessivas dos presentes. O repúdio ao assalto sobre o Iraque se amplia por toda parte.

Os últimos dias têm sido sacudidos pela preparação – política e militar – do ataque norte-americano ao Iraque. Bush está decidido a derrubar o governo iraquiano por meio da intervenção militar, segundo sua linha traçada desde o 11 de setembro do ano passado. Depois de vencida a Guerra Fria, um novo conceito de segurança nacional é introduzido pelos EUA: o de "guerra preventiva". Este consiste na definição de uma política hegemônica expressa no unilateralismo e na força bruta, em desrespeito ao Direito Internacional, superando na prática o papel decisório dos fóruns internacionais e negando o princípio da soberania nacional.

Mas, é importante salientar, o contexto mundial atual, marcado pela crescente agressividade do imperialismo norte-americano, revela o crescimento das contradições entre este e as outras potências e o isolamento no âmbito internacional do governo Bush. Rússia, China, França, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e a Alemanha são contrários a esta investida guerreira imperialista. Nova crítica à política externa estadunidense surgiu pela pretensão de imunidade para seus militares nos processos movidos por crimes de guerra nos países signatários do Tribunal Penal Internacional. Essas contradições interpotências capitalistas fazem parte também de um sistema que abrange a realidade econômica e financeira vincada por um processo recessivo de longa duração no Japão, podendo acontecer agora o mesmo com os Estados Unidos, condicionando uma situação de semi-recessão na Europa. A situação presente está envolta pela instabilidade e tensão

permanentes. Um conflito bélico no Oriente Médio vai agravar os riscos econômicos atuais. O preço do petróleo pode ultrapassar os US\$ 40,00 por barril, imediatamente.

Delicada conjuntura brasileira

Esse contexto mundial de preparação guerreira e semi-recessão tem maior impacto num país dependente e com uma economia muito vulnerável como o Brasil. A dívida pública passou da casa dos 60% do PIB. O dólar não recua do patamar dos R\$ 3,00. Elevam-se os preços internos. A taxa de crescimento está sendo revista sempre para baixo (a previsão do governo é de 1,5% do PIB). A crise financeira e cambial torna-se crônica. A governabilidade interna subordina-se mais ainda ao FMI. Os últimos acontecimentos vão descolando detalhes do terceiro acordo celebrado pelo governo FHC e este Fundo, revelando com toda inteireza o seu caráter profundamente lesivo ao país. Os novos detalhes confirmam que o governo fez trapaça. Não abriu inteiramente o jogo. O superávit primário fiscal vai além dos 3,75% anunciamos, chegando a quase 3,90% (adicional de R\$ 1,7 bilhões), além de vir à tona exigências impostas de venda dos bancos estatais do Ceará, Piauí, Santa Catarina e Maranhão. O FMI ordena que

se crie um fundo privado de pensão para os funcionários públicos e se retire o efeito cascata sobre o PIS/PASEP. Há interferência direta nas políticas públicas do país e exigência de esforço extra no caso de "trajetórias desfavoráveis", implicando na necessidade de "superávit primário mais elevado" para estabilizar a relação dívida/PIB em 2003. São estabelecidos critérios de desempenho (CDs) e parâmetros estruturais (PEs), que visam "ditar" em quais reformas o governo brasileiro deve se empenhar, ampliando mais ainda a ingerência do Fundo nas políticas internas do país.

Torna-se evidente que este novo acordo impõe mais pesados sacrifícios ao povo brasileiro, ao contrário do que propalavam Malan e o candidato do governo, José Serra, afirmando não existir "nenhum esforço adicional". Esse pacto vai impor maior recessão, em função da sua linha contracionista, distinta das políticas expansionistas seguidas pelos países centrais que, diante da recessão, assumem



Renato Rabelo

uma orientação de realizar mais despesas, baixar os juros e estabelecer maior facilidade de crédito. Trata-se de uma situação completamente injusta, em que os grandes países capitalistas procuram pôr de joelhos uma nação dependente, refletindo nitidamente a lei de desenvolvimento desigual do mundo dito globalizado. Ademais, esse imenso sacrifício não reverteu o quadro de descrédito na economia do Brasil. Os grandes bancos estrangeiros continuam negando créditos às empresas brasileiras e o denominado "risco-país" não cede do seu elevado patamar.

Fica claro que o encontro dos presidenciáveis com Fernando Henrique foi mesmo uma encenação. Malan e FHC contaram pela metade a dura verdade, procurando ganhar os candidatos, para dizer ao FMI que os mesmos não se oportuam ao acordo. O objetivo central desse acordo é comprometer o futuro governo com a continuidade da política econômica e a aceitação dos compromissos já assumidos com os grandes credores e bancos norte-americanos. Tal acordo se estende para além de 2002, impondo ao próximo governante o regime de extrema contenção fiscal, tendo o mesmo que cortar, segundo previsão atual, mais de R\$ 13 bilhões em 2003. Sem o cumprimento desta meta, os R\$ 24 bilhões acordados, que garantiriam a estabilidade, estarão ameaçados.

A crise persiste, e grave. O governo propala que a situação se atenua, porque o déficit em conta corrente diminui (caiu para US\$ 18 bilhões) – bem dito, às custas da estagnação econômica. Mas o problema central reside na conta de capital do balanço de pagamentos – amortizações da dívida e investimentos –, que soma mais de US\$ 32 bilhões em 2002. As empresas devedoras vêm sendo obrigadas a resgatar dívidas que não mais são roladas, com a "evaporação" dos créditos externos. A fuga

de capitais de curto prazo, através da conta CC5, alcançou em agosto US\$ 1,633 bilhão, valor cinco vezes maior que o do mesmo mês do ano passado. O Banco Central lança mão das parcas reservas para cobrir o buraco. Por isso, o risco de insolvência se mantém. A situação é mais grave em decorrência do quadro de crise mundial – preparativos bélicos e tendência recessiva –, tudo isso condicionando na esfera política uma evolução oscilante da campanha eleitoral presidencial deste ano, de resultado imprevisível.

Definições na marcha eleitoral

A partir deste momento, uma tendência mais definida da marcha eleitoral pode começar a se explicitar. Ainda não se pode concluir que o pleito se fará em dois turnos ou quem serão precisamente seus dois contendores. Os problemas tratados na campanha presidencial e estadual refletem a dimensão da crise vivida pelo país, apesar de não exprimir o grau de gravidade da situação em curso e de ganhar relevo muitas vezes questões marginais ou relativas ao comportamento dos candidatos.

Costuma-se dizer que o povo é "apegado ao varejo". Mas é no chamado varejo, afinal, que a vida do povo é afetada, expressando a gravidade da situação mundial e nacional. A questão é como relacionar a parte com o todo, os efeitos com suas causas verdadeiras. Na batalha eleitoral majoritária, numa escala nacional, como a presidencial, trata-se de ganhar a maioria do povo, envolvendo todas as regiões do país e as classes sociais de cima, intermediária e de baixo – os chamados segmentos A, B, C e D. Não é como disputar uma eleição proporcional, onde basta atingir um setor ou parte da população para alcançar o êxito. Ademais, é preciso frisar que hoje a vasta maioria da população assimila que o Brasil é interdependentemente no mundo, tanto do ponto de vista econômico como político, conforme apontam pesquisas qualitativas recentemente realizadas.

O nível da batalha atual compreende, portanto, mensagem para todo o povo, baseada no programa comum celebrado na Coligação Lula Presidente, com o PT e demais partidos, e mensagens próprias do PCdoB, preservada a relação de unidade no âmbito de frente política, através dos seus instrumentos de propaganda e dos

seus candidatos às eleições proporcionais e majoritárias. Por exemplo, o Partido não pode se omitir sobre a dimensão da gravidade do quadro mundial e brasileiro, acerca da formalização do acordo com o FMI, a respeito dos preparativos guerreiros dos Estados Unidos contra o Iraque, sobre a ameaça que pesa sobre o Brasil com o acordo da Alca etc.

A campanha presidencial tem se caracterizado pela oscilação retratada nas pesquisas de opinião. A menos de 30 dias do pleito, Lula mantém-se na frente e distante dos demais, Ciro cai de forma constante, Serra sustenta um crescimento lento, podendo ainda ter avanço nos segmentos que apóiam Fernando Henrique (FHC tem 25% de ótimo e bom junto à opinião pública). Cresce o número de indecisos. Lula ganharia de Ciro e Serra nas projeções de segundo turno. As rejeições entre os candidatos se igualam.

O governo, os setores dominantes mais interessados na continuidade e a maior parte da mídia fizeram uma ofensiva contra Ciro. Com a queda deste último, agora fazem um "fogo de barragem" em proteção a FHC e seu candidato, Serra, e preparam um "fogo de ataque" concentrado sobre Lula. Não se pode subestimar o poder nocivo e destrutivo dessa gente, que tudo fará para impor seus interesses e privilégios.

Vitória no primeiro turno

O quadro atual da campanha demonstra que Lula tem condições potenciais de ganhar ainda no primeiro turno das eleições. Ele pode atrair parcela dos indecisos e dos candidatos em desenso. Lula se encontra na frente em quase todos os estados e em todos os segmentos.

Quais os temas ou as marcas da campanha presidencial de Lula, que o diferenciam dos demais candidatos diante do grande público? Na nossa opinião, são: emprego, defesa do país e capacidade de realizar a união necessária para o Brasil para voltar a crescer. É possível, trabalhando esse diferencial, ampliar a votação de Lula e garantir sua vitória ainda no primeiro turno.

*presidente do PCdoB, intervenção realizada na 7ª reunião da Comissão Política do Partido, 9 de setembro de 2002

Avermelhar as ruas no dia 6 de outubro

LEJEUNE MATO GROSSO

A dia das eleições gerais no país deve ser um dia de festa. Para a campanha do PCdoB e dos comunistas, deve ser um dia vermelho. Em 6 de outubro, vamos estar nas ruas e nas praças com nossas bandeiras, bonés dos candidatos, camisetas e, principalmente, com o modelo de cédula eletrônica, para esclarecer os eleitores a como votar certo para não errar na urna eletrônica. Para presidente, governador, senadores e deputados estadual e federal será a primeira vez que uma parcela expressiva do eleitorado vai votar eletronicamente (43%).

Todo o coletivo do Partido deve ultimar os preparativos para a amarração final dos votos, os últimos apoios, a garantia de que as campanhas tenham um volume maior e uma grande visibilidade. O mais importante é a batalha da cédula, a impressão de milhões de cédulas às suas bases de apoio. As campanhas que até o momento não providenciaram esse material

incorreram em grande erro e devem corrigi-lo com urgência.

Esclarecer o eleitor

O planejamento do trabalho do PCdoB deve ser feito da forma mais metódica e científica possível. O Partido dispõe de resultados das eleições de 1998 e de 2000. Com base nesses dados, é possível planejar a distribuição das suas forças e recursos. Com a particularidade do voto eletrônico, todo o esforço no dia da eleição, em todos os locais de votação e em todas as zonas da cidade, é válido. É preciso concentrar os esforços levando

em conta a força partidária em eleições passadas e o trabalho do Partido no entorno dos colégios onde serão feitas as eleições.

Para ilustrar, vejamos os resultados do PCdoB nas eleições de 2000 na capital de São Paulo. O Partido elegeu três vereadores, obtendo entre votos nominais e na legenda, 84.659 votos na cidade. Essa votação expressiva não se distribuiu igualmente pela cidade. Nas regiões onde o Partido é mais forte e articulou melhor o seu trabalho de esclarecimento no dia das eleições, resultados apareceram na apuração. Das 41 zonas eleitorais existentes na capital paulista, com 1.160 colégios, apenas cinco foram responsáveis por 36% de toda a votação do Partido. Todas elas situadas na Zona Leste da cidade.

Assim, devemos realizar os dois movimentos. Um é tentar cobrir o maior número de escolas. Outro é concentrar esforços nos eleitores dos maiores colégios eleitorais e daqueles onde o Partido vem se mostrando mais forte em termos de votação.

Devemos planificar as coisas, reservar recursos para essa batalha e, acima de tudo, acreditar no povo avermelhá-lo e ganhar votos para nossos candidatos.

NACIONAL

O garrote da estagnação

UMBERTO MARTINS

Formalização do novo acordo com o FMI não melhorou o humor do mercado. A crise cambial brasileira ainda está longe de ser debelada. Prevalece uma desconfiança generalizada de que a "ajuda" do Fundo, descrito por economistas da instituição como "o maior resgate da história", é na verdade insuficiente para contornar os riscos de uma moratória. A médio prazo as novas condições impostas pelo FMI devem funcionar como um garrote que mantém a economia nacional presa ao pântano da estagnação. A meta de superávit primário do orçamento público até o primeiro semestre de 2003 foi ampliada para 3,88% do Produto Interno Bruto, o que exige cortes extras nos já minguados gastos e investimentos governamentais e contradiz qualquer política econômica que tenha por objetivo a retomada do crescimento.

Um veneno

O arrocho fiscal comprometerá o próximo governo e vem acompanhado de novidades (estendendo-se inclusive à esfera legislativa ao exigir a aprovação da chamada mini-reforma tributária) que estreitarão o cabresto com que o FMI controla a política econômica brasileira. Os recursos previstos (US\$ 30,4 bilhões até setembro de 2003) serão liberados gradualmente, desde que o Brasil cumpra as metas estabelecidas, que poderão ser elevadas a cada três meses.

A redução dos gastos e investimentos públicos é como um veneno para uma economia estagnada.

da como a nossa. Pode agravar a crise e desembocar na recessão, aumentando os níveis de desemprego e violência nas regiões metropolitanas. Governos de países mais desenvolvidos como os EUA e a Alemanha, que não devem obediência ao FMI, promovem uma política oposta, de aumento das despesas e dos déficits públicos, na esperança de contornar a crise, aumentar a oferta de emprego e reativar a economia. De outubro de 2001 a julho deste ano, o presidente Bush aumentou os gastos federais em 10%, além de reduzir impostos e contratar 30 mil funcionários, enquanto na Alemanha o déficit público deve ultrapassar 3% do PIB neste ano, superando os limites estabelecidos pela União Européia, porque o governo entende que deve ampliar os investimentos públicos. Nos dois casos também se pratica uma política de juros baixos para estimular a produção e o consumo, ao contrário do que o Fundo nos recomenda e impõe.

O acordo fechado por Fernando Henrique não leva em conta a necessidade de recuperar a capacidade de crescimento da economia. Seu único objetivo é preservar os interesses dos credores. A submissão ao FMI poderá ter desdobramentos bem mais sérios do ponto de vista da soberania e dos interesses nacionais se a crise financeira internacional persistir.

Possibilidade de insolvência

O comportamento do balanço de pagamentos neste ano revela uma significativa redução do déficit em conta corrente, conforme

assinala o "Memorando de Política Econômica" definido com o FMI. "A conta corrente registrou déficit de US\$ 8,3 bilhões nos primeiros seis meses de 2002, bem abaixo do déficit de US\$ 13,3 bilhões verificado durante o mesmo período do ano passado".

O Banco Central trabalha com a previsão de um saldo negativo em torno de 18 bilhões de dólares em 2002, US\$ 5 bilhões menor que o do ano passado. O rombo deverá ser coberto pelos investimentos diretos externos, em que pese a redução desses ingressos.

A melhora das contas correntes vem sendo causada principalmente pelo superávit comercial, que no primeiro semestre foi de 2,7 bilhões de dólares e tende a ultrapassar a casa dos US\$ 7 bilhões até o final do ano. O volume das importações caiu bem mais do que o das exportações (15,5% contra 9,7% no segundo trimestre deste ano), resultando no superávit.

Um ajuste externo já está em curso, ajuste que tem como contrapartida a redução dos investimentos e do consumo interno, com efeitos recessivos. Em boa medida, a queda das importações reflete a redução da compra de meios de produção – máquinas, equipamentos e matérias-primas –, traduzindo o recuo dos investimentos e a estagnação das atividades, como indica o desempenho da indústria.

O memorando FMI/FHC reconhece que "a atividade econômica apresenta sinais de que a modesta recuperação iniciada no fim do ano passado tenha desacelerado. Após registrar taxas de crescimento anual de 6,1% em abril, a atividade industrial caiu 1% em

maio e subiu 0,7% em junho, provocando queda acumulada de 0,1% no primeiro semestre. As vendas no varejo declinaram 0,9% de janeiro a junho em relação ao mesmo período do ano passado."

A crise cambial resulta da necessidade global de financiamento externo, que além dos US\$ 18 bilhões de déficit em conta corrente inclui cerca de 32 bilhões de dólares em amortizações da dívida externa, somando US\$ 50 bilhões. Essas amortizações são computadas na conta de capital do balanço de pagamentos.

O problema hoje já não reside apenas na conta corrente. É causado sobretudo pelo comportamento da conta de capital. Um outro elemento perturbador é a fuga do capital de curto prazo através da famosa CC5, por onde em agosto saíram para o exterior US\$ 1,633 bilhão, valor cinco vezes maior que o do mesmo mês do ano passado. Em relação a julho, o crescimento é de 30%.

A demanda por dólares para pagar a dívida tem sido uma das principais fontes de pressão sobre o mercado cambial nos últimos meses, resultando na persistente desvalorização do real frente ao dólar. Em julho, a rolagem da dívida limitou-se a 20% dos vencimentos. Em agosto ficou um pouco acima de 40%. O segundo semestre concentra o maior volume de vencimentos do ano, totalizando cerca de 23 bilhões de dólares.

Parece que o FMI trabalha com a perspectiva de moratória brasileira até abril de 2003. É o que sugere um outro ponto do acordo, que rebaixa o piso das nossas divisas para apenas 5 bilhões de dólares.

Falência e soberania

Os dirigentes do Fundo calculam que a crise cambial continuará demandando intervenções diárias do Banco Central no mercado, as reservas disponíveis serão queimadas e em algum momento dos próximos meses teremos chegado ao piso de 5 bilhões de dólares. Tal expectativa deve estar associada à idéia de estabelecer novas regras no relacionamento com os países endividados do Terceiro Mundo para viabilizar processos administrados de falência soberana de nações.

O tratamento concedido ao frágil governo argentino pelo FMI é emblemático. Os economistas do Fundo chegaram a recomendar que a economia do país fosse administrada por "peritos" internacionais indicados pelos credores.

Nessas condições, o rebaixamento do piso das reservas não deve ser percebido como um ponto secundário do acordo. Com reservas de apenas 5 bilhões de dólares, a nação ficará ainda mais frágil e vulnerável às imposições dos EUA, o que certamente vai se refletir negativamente nas negociações da Alca.

A história está colocando o Brasil diante de uma escolha dolorosa: ou rompe com as regras do sistema financeiro internacional, procurando envolver o Mercosul e outros países da América Latina na construção de uma alternativa ao modelo neoliberal, o que exigirá coragem e ousadia; ou continua cedendo às imposições do imperialismo, atado à estagnação da economia e ao desemprego em massa, perdendo soberania e caminhando à sombra da moratória. Não parece existir uma terceira via.

Acordo com FMI é lesivo e aumenta dependência do Brasil

PCDOB*

Na véspera dos 180 anos do Dia da Independência, o governo de Fernando Henrique Cardoso assinou seu terceiro acordo com o Fundo Monetário Internacional, aviltando ainda mais a soberania do país e impondo novos sacrifícios aos brasileiros.

A meta de superávit primário do orçamento público até o primeiro semestre de 2003 foi ampliada para 3,88% do Produto Interno Bruto, o que compromete o futuro governo, a ser eleito em outubro, e impede a retomada do crescimento econômico ao exigir cortes extras nos gastos e investimentos governamentais. Os recursos de 30,4 bilhões de dólares serão liberados gradualmente até setembro de 2003. Mas o acordo traz um novo grilhão: os critérios de desempenho e parâmetros estruturais – compromissos políticos e econômicos que, se não forem cumpridos, resultam em suspensão das linhas de financiamento. A cada trimestre o órgão inspecionará o país para verificar se suas orientações foram executadas e emitir novas ordens. O governo está obrigado, por exemplo, a fazer a chamada minirreforma tributária de acordo com os ditames da entidade. O contrato prevê que sejam criados fundos privados de aposentadoria para os servidores

públicos federais, a venda de estatais e privatizações dos bancos estaduais do Ceará, Piauí, Santa Catarina e Maranhão. Também a privatização de bancos federais pode ser incluída como critério de "desempenho estrutural" nas revisões trimestrais. Agora, portanto, o FMI não só exige resultados quantitativos, mas dita as políticas a serem adotadas.

2 Fica exposta, mais uma vez, a subserviência do atual governo, que não consegue governar sem a tutela do FMI. É o capital especulativo internacional que, na verdade, dita a política econômica seguida por FHC, servilmente elogiada por seu candidato à sucessão, José Serra. O atual governo é impotente para definir políticas próprias – inclusive as políticas públicas. Até mesmo o recente encontro de FHC com os candidatos à Presidência da República foi uma encenação em obediência a uma ordem do Fundo. Fernando Henrique e seus ministros sonegaram informações aos candidatos, para tentar arrancar um aval antecipado ao novo acordo antinacional.

3 No momento em que países como os EUA e a Alemanha adotam ações governamentais visando aumentar a oferta de emprego e reativar a economia, o FMI exige do Brasil – e o governo, de joelhos, acata – a redução

dos gastos e investimentos públicos, que pode agravar a crise e desembocar na recessão, aumentando os níveis de desemprego e violência nas regiões metropolitanas. De outubro de 2001 a julho deste ano, os EUA aumentaram os gastos federais em 10%, reduziram impostos e contrataram 30 mil funcionários. Na Alemanha, o déficit público deve ultrapassar 3% do PIB neste ano, superando os limites estabelecidos pela União Européia, para ampliar os investimentos. Ambos os países praticam uma política de juros baixos para estimular a produção e o consumo, ao contrário do Brasil, que adota a mais alta taxa de juro do mundo. O único objetivo do compromisso firmado em 6 de setembro é preservar os interesses dos grandes credores.

4 Os contratos com o FMI agravam a vulnerabilidade externa brasileira e não alteraram a credibilidade do país. A fuga do capital de curto prazo, através da conta CC5, alcançou em agosto 1,633 bilhão de dólares, valor cinco vezes maior que o do mesmo mês do ano passado. Em relação a julho, o crescimento foi de 30%. Credores estrangeiros não estão dispostos a refinanciar a dívida brasileira. Em julho, a rolagem da dívida limitou-se a 20% dos vencimentos. Em agos-

to ficou um pouco acima de 40%. Mesmo após o novo acordo, uma agência de classificação de riscos anunciou que rebaixará a classificação dos bancos que restabeleceram suas linhas de crédito para o Brasil, pois "a perspectiva é negativa" para o país. Muitos banqueiros e economistas estrangeiros estimam que o Brasil chegará à moratória até abril de 2003. Mesmo o FMI não descarta a perspectiva da moratória, ao rebaixar o piso das nossas divisas para apenas 5 bilhões de dólares.

Com reservas tão reduzidas, que cobrem pouco mais que um mês de importações, a nação ficará ainda mais exposta às imposições dos EUA, o que certamente vai se refletir negativamente até nas negociações da Alca. O agravamento da situação econômica mundial e a iminência da guerra dos EUA contra o Iraque também trarão consequências desastrosas para o país, altamente fragilizado.

5 O acordo compromete o futuro governo com a nefasta política atual. A elevação da meta de superávit primário de 3,75% para 3,88% do PIB, em 2002, impõe um acerto adicional de R\$ 1,69 bilhão. O aperto terá de ser feito também pelo próximo presidente, já que os 3,88% valerão até junho de 2003. No acordo, a expectativa de expansão do PIB é de 1,5%.

neste ano e de 2,5% a 3,5% em 2003. Dependendo dos juros, do câmbio e da atividade econômica, o próximo presidente terá de apertar as contas ainda mais, já que as metas podem ser alteradas a cada três meses e novas exigências podem ser determinadas.

6 O governo FHC é o responsável pela crise em que o Brasil está mergulhado. O novo acordo com o FMI aprofunda a dependência do país em relação ao capital internacional, degrada sua soberania e procura atrelar o próximo governo à orientação atual, com metas e ditames que impossibilitam o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida dos brasileiros; agride direitos e conquistas trabalhistas e sociais e cerceia a democracia, impondo, do exterior, caminhos e decisões econômicas que cabem unicamente aos brasileiros adotar.

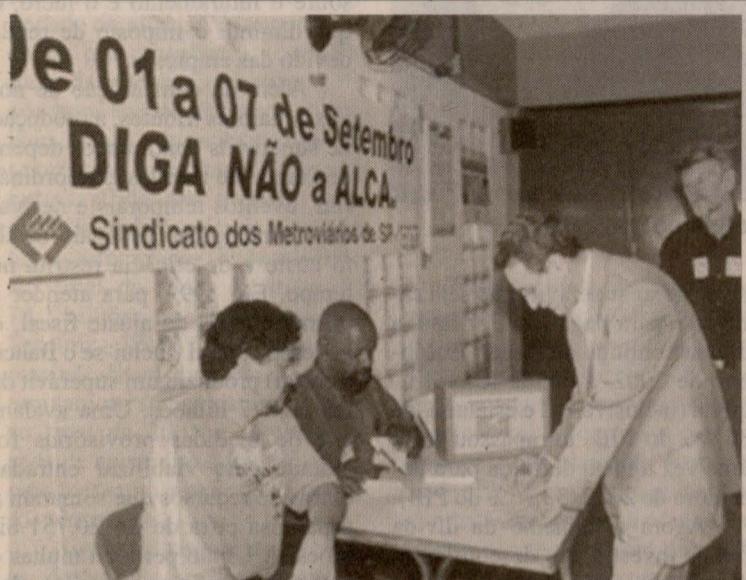
7 O Partido Comunista do Brasil reafirma seu compromisso com um novo projeto, que defende o país, a democracia e os direitos sociais. Esse projeto está expresso no programa da Coligação Lula Presidente.

NACIONAL

Brasil diz NÃO à Alca

O resultado do plebiscito sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi excepcional – os quase 10 milhões de brasileiros que votaram disseram não. Estes são os números oficiais: 10.149.542 votantes em 41.758 urnas espalhadas em 3.500 municípios, envolvendo 75 mil militantes. 1) O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca? (Sim, 11.643 – 1,12%; Não, 9.979.964 – 98,33%; brancos 32.291 – 0,32%; nulos 23.738 – 0,23%). 2) O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca? (Sim, 341.593 – 3,37%; Não, 9.737.190 – 95,94%; brancos 47.470 – 0,47%; nulos 28.289 – 0,23%). 3) O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para o controle militar dos Estados Unidos? (Sim, 66.219 – 0,65%; Não, 10.006.740 – 98,59%; brancos 1.100 – 0,01%; nulos 21.547 – 0,21%).

Ricardo Gebrin, presidente



Renato Rabelo votou no Sindicato dos Metroviários

Dirigentes comunistas votaram no plebiscito

FLÁDEMIR SANT'ANA DE ABREU

Algumas das principais dirigentes do PCdoB compareceram dia 6 de setembro ao Sindicato dos Metroviários de São Paulo para votar no Plebiscito da Alca. Estiveram no Sindicato Renato Rabelo, presidente do PCdoB; Walter Sorrentino, secretário-geral; Ronald Freitas, secretário de Finanças; Vital Nolasco, secretário de Movimentos Populares e Sociais; Adalberto Monteiro, secretário de Propaganda e Formação; e Pedro de Oliveira, secretário de Comunicação.

Os membros do Comitê Central foram recebidos por Flávio de Godoy, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Wagner Fajardo, presidente da Federação Nacional dos Metroviários, e vários diretores sindicais.

Renato: "Um tubarão e várias piabas"

Para Godoy, militante comunista e membro da Corrente Sindical Clássica, os metroviários deram importante contribuição para que o plebiscito seja um sucesso: "Sindicato dos Metroviários e a Federação Nacional dos Metroviários coletaram mais de 22 mil votos durante toda a semana, tanto no plebiscito realizado com os usuários, ocorrido em várias estações do Metrô de São Paulo, como na coleta dos votos da categoria, através de urnas que percorreram os diversos postos de trabalho no metrô. Além disso, a Federação Nacional dos Metroviários distribuiu 30 mil adesivos que estão sendo usados

0,23%). 2) O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca? (Sim, 341.593 – 3,37%; Não, 9.737.190 – 95,94%; brancos 47.470 – 0,47%; nulos 28.289 – 0,23%). 3) O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para o controle militar dos Estados Unidos? (Sim, 66.219 – 0,65%; Não, 10.006.740 – 98,59%; brancos 1.100 – 0,01%; nulos 21.547 – 0,21%).

Ricardo Gebrin, presidente

do Sindicato dos Advogados de São Paulo e um dos dirigentes do movimento, não esconde seu entusiasmo com a participação, que supera em 4 milhões a já notável votação registrada, dois anos atrás, no Plebiscito da Dívida Externa: "É um balanço extremamente positivo. Foi a maior atividade pedagógica já feita na história do Brasil. Neste sentido, compara-se à ação da Aliança Nacional Libertadora, na década de 30. Foram milhares de debates, discussões, que a gente nem tem um levantamento preciso. Foram também 4 milhões de jornais, milhões de panfletos, 400 mil cartilhas, 15 mil

livros, fora outros materiais que apareceram durante o processo", destaca.

Movimento de toda a América Latina

Para o sindicalista, o êxito no Brasil deve repercutir em outros países, já que a idéia é levar o Plebiscito ao conjunto da América Latina. Os demais países devem recolher os votos em outubro. A Argentina decidiu recentemente ingressar no movimento. Cuba e a Venezuela promovem plebiscitos oficiais. O México está com um movimento forte, embora com um período

mais dilatado de votação. O Equador está muito mobilizado, o Peru e a Bolívia estão ingressando na campanha. O balanço das ações em todo o continente será realizado no Equador, entre os dias 28 e 31 de outubro.

O resultado do plebiscito brasileiro pode ter algum reflexo na implantação da Alca, que já está em curso e seguindo um cronograma acelerado, por imposição norte-americana? Gebrin acredita que sim: "A única saída para barrar a Alca passa pela mobilização popular. O plebiscito criou um pataçar novo de consciência antiimperialista. A partir dele, vamos avançar ainda mais".

Diap mostra "quem foi quem" no Congresso Nacional

Está disponível na página eletrônica do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (www.diap.org.br) – a já tradicional avaliação da entidade acerca do Congresso Nacional na legislatura de 1999-2003. Ao final de cada Legislatura, a série Quem foi Quem no Congresso Nacional coloca à disposição do eleitor informações sobre o comportamento e a atuação dos deputados e senadores ao longo dos quatro anos de mandato. Esse levantamento, que inclui o voto dos parlamentares em dez matérias de interesse da sociedade em geral e dos assalariados em particular, cumpre a função de fornecer aos eleitores informações seguras sobre os temas mais relevantes e polêmicos desta legislatura.

O atual levantamento, ao con-

trário dos anteriores, não atribui nota pelo desempenho dos parlamentares. Apenas identifica, com o polegar para cima ou para baixo, se o voto é favorável ou contrário ao interesse dos trabalhadores. Segundo o assessor da entidade, Marcos Verlaine, "o objetivo central do DIAP é contribuir para um voto consciente, afinal vivemos numa democracia representativa, na qual os eleitores têm não apenas o direito, mas a obrigação de conhecer a atuação de seus representantes no Congresso, inclusive para decidir se merecem ou não permanecer exercendo as importantes funções de representar, fiscalizar e legislar".

Os temas selecionados levaram em consideração o interesse, a complexidade e o grau de polêmica por ocasião de sua apreciação

no Congresso, com votações de elevado índice de divergência no Legislativo. É interessante notar como cada bancada partidária se comportou diante desses projetos. A ampla maioria dos parlamentares do PSDB, PFL, PPB, PTB, e parte do PMDB, teve sinal de negativo em praticamente todos itens, mostrando que a orientação do governo (ao qual esses partidos dão sustentação no Congresso) foi ostensivamente contrária aos interesses dos trabalhadores.

Já as bancadas dos partidos de oposição, principalmente os de esquerda, tiveram desempenho inverso, recebendo sinais de positivo em quase todos os itens analisados. A bancada do PCdoB, em particular, por votar em bloco, recebeu sinal de positivo em TODOS os itens, como mostra o quadro abaixo.

Como votaram os comunistas

A bancada do PCdoB, que votou unificada em todos os assuntos levantados pelo Diap, é integrada pelos deputados federais Aldo Arantes (Goiás), Aldo Rebelo (São Paulo), Agnelo Queiroz (Brasília) Haroldo Lima (Bahia), Jandira Feghali

(Rio de Janeiro), Inácio Arruda (Ceará), Sérgio Miranda (Minas Gerais), Vanessa Graziottin (Amazonas), Socorro Gomes (Pará) e Tânia Soares (Sergipe), todos candidatos à reeleição, com exceção de Haroldo Lima, que é candidato a senador.

FLEXIBILIZAÇÃO DA CLT - altera o artigo 618 da CLT, estabelecendo a prevalência de convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a legislação infraconstitucional.

FATOR PREVIDENCIÁRIO - dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91.

FIM DO RJU - institui regime de contratação pela CLT no serviço público, sem direito à negociação, estabilidade ou aposentadoria integral.

CONCILIAÇÃO NA EMPRESA - restringe o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, forçando a conciliação na empresa.

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - institui previdência complementar para o servidor público, com quebra da paridade e da integralidade, além da oferta exclusivamente de benefício de contribuição definida.

REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL - diminui o prazo para reclamação dos direitos dos trabalhadores rurais.

RESPONSABILIDADE FISCAL - privilegia pagamento de juros em detrimento às despesas com pessoal, custeio, investimento em infraestrutura e principalmente nas áreas sociais.

COMBATE AO NEPOTISMO - proíbe o empreguismo de parentes no serviço público.

ISENTA O EMPREGADO DAS CUSTAS POR ARQUIVAMENTO DE AÇÃO - suprime a punição ao trabalhador, em razão do arquivamento de ação trabalhista, no termos da lei do rito sumaríssimo.

CRITÉRIOS JUSTOS DE AVALIAÇÃO DO SERVIDOR - garante ampla defesa e institui critérios justos para dispensa de servidor estável por insuficiência de desempenho.

NÃO*



NÃO*



NÃO*



NÃO*



NÃO*



NÃO*



NÃO*



SIM*



SIM*



SIM*



SIM*



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Orientação seguida por toda a bancada. Voto favorável ao interesse dos trabalhadores

NACIONAL

A herança maldita de FHC

SÉRGIO MIRANDA E
JÔMORAES

Oito anos depois da posse de Fernando Henrique Cardoso, o país convive com uma profunda crise. Em nome da estabilidade e da defesa da moeda, foram adotadas políticas monetária e cambial sem ponderar riscos e sem levar em conta custos. Os superávits primários foram incapazes de cobrir o rombo causado pela política cambial e monetária. FHC está deixando de herança para o próximo governo um enorme desequilíbrio fiscal e o comprometimento do futuro do Brasil.

Ajuste fiscal fracassado

O Plano Real, desde o início, teve como um de seus fundamentos uma política fiscal que eliminasse qualquer déficit público. O governo FHC defendeu o equilíbrio fiscal como condição para o país voltar a crescer de maneira estável e consistente. Fez da responsabilidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas seu discurso principal. O "equilíbrio fiscal" foi perseguido por meio de restrições de despesas, especialmente aquelas de caráter contínuo (benefícios previdenciários e folha de pagamento dos servidores) e pela expansão da arrecadação, com as privatizações e as contribuições sociais novas, como a CPMF, ou majoradas, no caso da Cofins e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –, entre outras.

A restrição da política fiscal também foi estendida aos estados e municípios. Como os aumentos de receitas foram baseados em contribuições sociais, destinadas exclusivamente à União, aos governadores e prefeitos só restou realizar grandes cortes nos gastos públicos. Apesar do esforço, a arrecadação avançou, a despesa federal foi detida, mas a dívida pública subiu espantosamente. O país, após a crise de 1998, não conseguiu mais equacionar sozinho sua dívida pública nem a dívida externa (pública e privada), tendo que buscar a assistência do FMI.

A partir de 1998, alcançar superávits primários passou a ser o principal objetivo da política fiscal e o grande propósito da política econômica e do governo federal. Os estados e municípios também foram obrigados a realizar esse tipo de ajuste.

A Carta de Intenção do acordo com o FMI, em dezembro de 1998, estabelecia a necessidade de um forte ajuste fiscal, com superávits primários elevados e persistentes em todas as esferas do setor público. O objetivo do Fundo era deter o crescimento da dívida líquida do setor público, expresso em porcentagem do PIB. A meta, ajustada em 1999, era fazer a relação dívida/PIB se estabilizar em 46,5% em 2000, decrescendo para 44,5% em 2001.

O projeto se transformou, em maio de 2000, na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Seu principal objetivo seria disciplinar os governos das três esferas para se alcançar a necessária estabilidade da relação dívida/PIB. Nos últimos três anos, o Brasil realizou

superávits sempre superiores às metas estabelecidas pelo FMI, na média em 13%. Comprometeu-se o crescimento do país, mas a dívida líquida continuou subindo em relação ao PIB: ao final de junho de 2002 chegou ao patamar de 58,6% do PIB. Nunca um governo provocou um rombo tão grande nas contas públicas.

Analizando as metas iniciais do acordo com o FMI para a dívida do setor público (46,5% do PIB em 2000 e 44,5% em 2001), é fácil perceber como ficou distante da realidade. Os superávits primários sempre superaram a meta estabelecida, mas não atingiram seu objetivo principal de manter estável a relação dívida/PIB. O malogro do governo federal em impedir o crescimento galopante da dívida significa o fracasso da política fiscal e de toda a política econômica do Plano Real. Mais ainda: significa o fracasso de sua solução para o equilíbrio fiscal e para o desenvolvimento do Brasil.

E não se pode dizer que os superávits foram insuficientes para o ajuste fiscal, que se deveria elevar ainda mais a derrama e cortar mais despesas, sacrificando os serviços públicos e o investimento em infra-estrutura. O problema está na política econômica. Nenhum ajuste fiscal conseguirá, por si só, arcar com a conta de uma política econômica equivocada e cara como a adotada no governo FHC. Uma das melhores formas de expressão do custo dessas políticas é o pagamento de juros. Somente no primeiro semestre deste ano, a conta de juros nominais paga pelo setor público chegou à casa de 7,49% do PIB: nos últimos doze meses foram pagos R\$ 94,1 bilhões. Não há corte de despesas, nem aumento de impostos suficientes para cobrir tamanho rombo.

Em nome da estabilidade e da defesa da moeda adotaram-se políticas monetária e cambial sem ponderar os seus riscos e sem levar em conta os seus custos.

A verdadeira causa do rombo fiscal

Desde 1994, a política econômica teve o objetivo de atrair capitais estrangeiros com base na liberação comercial e financeira do país, na estabilidade da moeda frente ao dólar e na manutenção de uma taxa de juros atraente. Essa política sustentou altas taxas de juros para continuar atraindo a entrada de capitais. Tal prática multiplicou a dívida pública. A isso se acrescentaram os compromissos com o Proer e o reconhecimento dos chamados "esqueletos" – dívida de origem obscura que nenhuma lei mandava pagar.

A partir do governo FHC, a dívida federal líquida (Tesouro e Banco Central) aumenta muito acima do crescimento do PIB. Vale destacar que no período do câmbio fixo, 1994-98, contou-se com uma entrada de R\$ 30,6 bilhões (em valores da época) de privatizações.

Apesar de todo esse custo, representado por um crescimento da dívida federal de 26,3% do PIB entre 1993 e 1998, a política cambial da paridade do real com o dólar só foi abandonada quando o



Sérgio Miranda e Jô Moraes: análise da era FHC



país quebrou, no segundo semestre de 1998. Teve de socorrer-se com o FMI em acordo celebrado em dezembro daquele ano, logo após a reeleição de FHC. Não fosse o aval do Fundo, o Brasil não teria condições de refinanciar parte de seu passivo externo, nem os títulos da dívida pública interna.

Mas o abandono da política de câmbio fixo – o "populismo cambial" – também saiu muito caro e só foi possível porque o Tesouro e o Banco Central arcaram com todo o prejuízo da desvalorização do real de janeiro de 1999 em diante. Desde meados de 1998, o governo emitiu dezenas de bilhões de reais em títulos vinculados à variação do dólar, tanto para renovar os vincendos quanto simplesmente para atender à demanda do mercado, aumentando seu endividando. Os investidores estrangeiros que tinham seus capitais no Brasil ou que, juntos com os nacionais, tinham dívida em dólares, puderam adquirir esses títulos e se protegeram da desvalorização de janeiro de 1999. Como o prejuízo foi transferido para o governo, a dívida deu um salto significativo. Por esse motivo, entra em cena, a partir de 1999, a política dos superávits fiscais. O FMI e a equipe econômica escolheram como objetivo central do governo a garantia de pagamento dos compromissos com os credores financeiros.

A dívida federal líquida continuou subindo, quase em ritmo igual ao anterior, mesmo já estando incluído no período (de 1998 até hoje) o recebimento de mais R\$ 33 bilhões de privatizações (também em valores da época). A nova política da flutuação cambial tornou essa taxa tão instável que manter empréstimos externos ficou muito caro. Esse custo elevado e a escassez crescente de crédito internacional, com o consequente aumento da taxa de juros, afastaram o setor privado de novos empréstimos externos e até mesmo da renovação de suas dívidas. Esse conjunto de fatores tornou nossas contas externas cada vez mais vulneráveis. Por outro lado, o Tesouro e o Banco Central são obrigados a oferecer aos investidores e devedores mais e mais títulos dolarizados, como forma de defendê-los da instabilidade do real. Os juros são suficientemente elevados para que, a cada ano, a capacidade do gover-

no de gerar superávits não seja suficiente para pagá-los. Por isso, a dívida continua a crescer. Em junho de 2002, a dívida federal líquida (inclusive BC e estatais), de 36,9% do PIB, ultrapassou mais uma vez a meta definida para dezembro de 2002 (33,75% do PIB).

Agora o tamanho da dívida faz os investidores desconfiarem de que o país não poderá pagá-la e sequer os seus encargos. A política econômica de FHC é fiscalmente irresponsável e está levando o Estado brasileiro à bancarrota. O discurso de FHC e de Malan de "responsabilidade fiscal" e equilíbrio das contas públicas é uma grande farsa. Sem mudar essa política não é possível crescer ou alcançar o equilíbrio fiscal. Mudá-la é uma responsabilidade inadiável do próximo governo.

A forma irresponsável como o superávit veio sendo alcançado está deixando nas contas públicas federais uma quantidade de distorções e de passivos disfarçados que serão herdados pelo próximo governo e se constituirão no que chamamos de a herança maldita de Fernando Henrique Cardoso.

A precariedade dos superávits

1. A derrama e a distorção do sistema tributário. Durante todo o Plano Real a carga tributária total cresceu ininterruptamente. De 1993 a 2001 os governos se apropriaram de 8,3% do PIB em novas receitas. Mas esse acréscimo não foi distribuído uniformemente entre os três níveis de governo. Sozinha, a União se apropriou de mais 5,4% do PIB, 65% da carga tributária adicional, enquanto estados e municípios ficaram apenas com 2,9% – esse acréscimo só se verificou até 1995, permanecendo estável desde então.

Todo o aumento da carga tributária federal se deu à custa do aumento de receitas de contribuições sociais, representando nos últimos dois anos mais do dobro da receita dos impostos. A opção pelas contribuições tem duas razões:

sua receita fica integralmente com a União e sua implantação é mais rápida, podendo entrar em vigor no mesmo exercício em que é votada. O uso abusivo de contribuições sociais, a maior parte cobrada em "cascata", distorce violentemente o sistema tributário, tornando-o o mais exorbitante e fortemente regressivo. São os consu-

midores que passaram a arcar cada vez mais com o peso da carga tributária crescente.

A forte divergência, após 1998, entre as curvas das receitas relativas entre contribuições e impostos deve-se a diversos fatores: o aumento da renúncia fiscal sobre impostos (por exemplo, para incentivo às exportações), a maior sensibilidade das contribuições em capturar a subida inflacionária dos preços e o efeito característico da incidência das contribuições sobre o faturamento e o lucro, o que diminui o imposto de renda devido das empresas.

Além da constituição de novos e maiores tributos, a produção de superávits continuados dependeu ainda de receitas extraordinárias, eventos temporais e derivados de manipulações legais, de alto custo e de eficácia restrita no tempo. Em 1999, para atender à primeira meta de ajuste fiscal, o governo central (inclui-se o Banco Central) produziu um superávit de R\$ 22,677 bilhões. Uma avalanche de medidas provisórias foi editada para viabilizar entradas extras de recursos que somaram a espantosa cifra de R\$ 20,751 bilhões. A União perdoou multas e juros para quem desistisse das ações, parcelando o principal em até centenas de anos. E ainda apropriou-se de recursos que estavam sob discussão judicial – abrindo-se a possibilidade de uma nova dívida decorrente da obrigação de devolver esses valores caso se perca as ações ou mesmo se perdoe multas e juros para quem delas desistir.

O último ingresso dessa natureza ocorreu em janeiro de 2002, com a negociação para que os fundos de pensão pagassem impostos atrasados. Hoje, até FHC reclama do alto preço dos combustíveis e do gás, esquecendo-se de que foi também em 1999 que foi alterada a estrutura de preços dos derivados de petróleo para arrecadar os recursos da conta petróleo, ampliar a receita de concessões, assegurar a entrada de investimentos privados no setor e obrigar a Petrobrás a produzir superávits e lucros exorbitantes à custa dos altos preços dos seus produtos.

Importantes elementos do ajuste fiscal também são temporários. A CPMF, que chega a arrecadar mais de R\$ 20 bilhões ao ano, terá a sua alíquota reduzida a partir de 2004, quando também se encerram os efeitos da Desvinculação das Receitas da União, que permite ao governo desviar da educação e da segurança social 20% de contribuições sociais e impostos. O fim da CPMF e da desvinculação das receitas da educação e da segurança é um positivo para o país, pois são medidas socialmente injustas. Isso só acontecerá, no entanto, no próximo governo, que deverá encontrar alternativas a essas receitas subtraídas. Mudado o governo, restaure-se a moralidade.

A produção de superávits demonstra a precariedade dos ajustes praticados. Enquanto foi possível garantir o ingresso volumoso de recursos de origem não permanente, conseguiu-se compensar as receitas que não se viabilizavam e que dependiam do crescimento da economia. Crescimento impedito

NACIONAL

pela política de superávits.

A impossibilidade de perpetuar fontes extraordinárias e a consequente diminuição do ingresso desses recursos no Tesouro demanda grandes cortes nos gastos públicos para que as metas de superávit sejam alcançadas. Essa fragilidade do ajuste e a primazia aos compromissos financeiros levaram o governo a vetar, na LDO de 2003, as reservas que foram constituídas para dar aumento real ao salário mínimo e a definição de um gasto mínimo para a saúde, que assim perde quase R\$ 1,5 bilhão.

2. O uso de recursos vinculados para fazer superávits. Outro elemento que aponta para a precariedade do ajuste é a fonte dos recursos que compõem o superávit. Parte das receitas arrecadas pelos governos tem destino certo, vinculado. Saúde, educação, transporte, segurança, fiscalização e muitas outras atividades recebem com exclusividade parcela de tributos e taxas arrecadadas da sociedade. Ao final de 2001, existiam R\$ 79,2 bilhões na Conta Única do Tesouro – R\$ 53,7 bilhões de origem não-financeira. Esses valores estavam presentes na conta única ao final de 2001 e resultam de anos de ajuste fiscal pautado principalmente na retenção de recursos vinculados.

Alguns desses recursos, como os destinados originalmente ao Fundo da Pobreza, foram retidos inteiramente no exercício de 2001. O total acumulado na Conta Única de recursos vinculados – arrecadados e não gastos nos últimos anos – representava, em 31 de dezembro de 2001, R\$ 26,4 bilhões (49,2% do total de recursos não-financeiros). Esses recursos representam uma das principais fontes para obtenção do superávit – cerca de 40% do superávit acumulado pelo governo federal no período 1999-2001. A retenção desses recursos contribuiu para a formação do superávit da União porque reduz a base monetária, representando uma “diminuição” na dívida líquida do Banco Central.

Esses valores estão longe de representar todo o desvio de finalidade que o governo pratica com recursos vinculados. Desde 1994, 20% de todas as contribuições sociais (exceto a contribuição previdenciária, a partir de 1999) são desvinculados. Os valores que permanecem na Conta Única representam o resultado da retenção após essas desvinculações.

3. A bola de neve dos restos a pagar. Constituem restos a pagar as despesas que, embora empenhadas no exercício, não foram pagas até 31 de dezembro de cada ano. Embora sejam legalmente despesas de um exercício, serão contabilizadas como despesas financeiras do exercício seguinte.

Esses montantes vieram crescendo desmesuradamente a partir de 1998. O governo FHC passou a acumular restos a pagar, transferindo seu pagamento para o ano seguinte, preservando assim recursos financeiros na conta única. Uma manobra contábil, tão em moda agora em Wall Street. Embora os restos a pagar sejam dívidas do governo para com fornecedores e empreiteiros, como não são dívidas financeiras (ou seja, não são nem dívidas bancárias nem em títulos do Tesouro ou do BC), não entram no cálculo do déficit.

O problema é que, para pagar essas despesas no ano seguinte,

automaticamente um valor igual de despesas daquele exercício tem que deixar de ser feito (para evitar outra vez o déficit naquele ano) ou, então, se transformar também em novos restos a pagar no futuro, gerando assim um mecanismo cumulativo que, até agora, veio como uma bola de neve.

Em 2001, quando os restos a pagar atingiram R\$ 13,5 bilhões, o artifício de adiar pagamentos representou 40% do superávit apresentado ao final do ano. Se subtraímos do saldo de restos a pagar repassado para o exercício de 2002 o saldo existente em 1998, este artifício foi responsável por quase 14% do superávit acumulado no período 1999-2001 pelo governo federal. Somando-se essa percentagem à parcela do superávit federal gerado pela retenção de recursos vinculados (40%), vemos que essas duas fontes foram responsáveis por mais da metade do superávit primário apresentado pelo governo federal no período 1999-2001.

Estranhamente, o governo inseriu na LDO de 2003 a obrigação de o próximo governo deixar para 2004 “apenas” R\$ 8 bilhões de restos a pagar! Se é justo dar tratamento igual ao conjunto das despesas e as dívidas com o setor financeiro, o passivo acumulado vai ser mais um problema para o novo governo, que só poderá deixar R\$ 8 bilhões de restos a pagar.

4. As outras vítimas da política de superávits. Os estados, os municípios e as estatais vêm assumindo, a partir de 1998, um crescente ônus na consecução do superávit primário total do setor público, embora não tenham participado do aumento da carga tributária. Todo o valor do superávit conseguido por eles deu-se à custa de cortes em investimentos e em manutenção dos serviços públicos. Aqui, a principal razão da queda de qualidade em serviços essenciais à população: saúde, educação, segurança, transportes etc.

Outra característica da participação de estados e municípios na formação de superávits é o aumento progressivo de sua cota de sacrifício e, por conseguinte, da população. De 1999 a 2002, em porcentuais, multiplicam por mais de 5 vezes sua contribuição compulsória.

As estatais vêm sustentando também um peso crescente nos superávits, significando

basicamente contenção ou adiamento de investimentos ou ainda a manutenção de altos preços de seus produtos – que não são repassados para a sociedade sob a forma de menores custos de produção ou de maior consumo para a população. Um dos frutos dessa política foi a grave crise do setor elétrico.

Pode-se incluir neste item das bombas de efeito retardado armadas pelo atual governo o débito com os servidores públicos, sem reajuste salarial significativo desde o início do primeiro governo FHC. A recomposição do poder de compra dos salários do serviço público é uma responsabilidade que estará entre as principais demandas da sociedade ao novo governo. O débito com os servidores é muito maior do que a questão salarial. Em muitos cortes do governo federal para atender seus compromissos com o setor financeiro, foram levados de roldão inúmeros direitos dos servidores.

Os servidores foram sataniza-

LULA - presidente - Nilmário - governador - Tilden - senador

Livrete de Sérgio e Jô distribuído em Minas Gerais

dos por FHC como gastos, responsáveis por déficits gerados em privilégios e irresponsabilidades administrativas. Os servidores a todo momento são apontados como participantes de sinecuras e prebendas e têm seu direito à aposentadoria ameaçado.

Outros passivos também trazem problemas para os novos governantes. Com o respaldo da Advocacia Geral da União e a omisão do então ministro José Serra, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vem interpretando o texto da Emenda Constitucional nº 29 de maneira a cortar, sistematicamente desde 2001, recursos da área de saúde para favorecer a política de superávits. FHC recentemente vetou o artigo da LDO que, a partir de uma decisão do TCU, interpretava de forma favorável à saúde a Emenda 29. Serão perdidos em 2002, no mínimo, R\$ 1,3 bilhão. A situação se agrava em 2003 e 2004.

Outro desajuste que terá de ser compensado pelo futuro governo é o pagamento dos aposentados. A Reforma da Previdência definiu um valor equivalente a 10 salários-mínimos como teto para as aposentadorias, mas o governo FHC vem achatando esse valor-límite, que, hoje, está em menos de 8 salários mínimos. A recomposição dos valores para aquelas aposentadorias maiores do que um salário-mínimo será cobrada de um novo governo. Os aposentados estão vendo sua renda diminuir em relação salário-mínimo.

Conclusão

O resultado da política econômica neoliberal do Plano Real de abertura comercial e financeira, baseada no financiamento externo, executada com base em altíssimas taxas de juros, foi a estagnação da economia nacional e o aumento sem precedentes da nossa vulnerabilidade externa. A “esta-

dem ser utilizados para pagar o serviço da dívida e com o sucessivo e também crescente adiamento do pagamento de despesas de um exercício para o outro (os restos a pagar). No processo de privatização, neologismo que juntou privatização com pirataria, o patrimônio público vem sendo dilapidado com a venda das estatais.

Ao contrário do que propaga, o governo FHC é, do ponto de vista fiscal, o mais irresponsável dos governos:

- recebeu do governo anterior, em 1995, uma dívida líquida federal de 65,8 bilhões de reais (13,1% do PIB) e deixará, em valores de hoje, para o seu sucessor um passivo líquido de 500 bilhões de reais (39% do PIB); nominalmente, a dívida federal cresceu 29% ao ano e, relativamente ao PIB, triplicou o seu valor;

- recebeu, em janeiro de 1995, R\$ 2 bilhões de restos a pagar e estará deixando, em dezembro de 2002, para o próximo governo, pelo menos R\$ 13 bilhões;

- a carga tributária federal aumentou: em 1994, os brasileiros pagaram R\$ 378 per capita em tributos federais; em 2001, pagaram R\$ 1.168; porém os serviços públicos prestados à população diminuíram ou pioraram de qualidade;

- e o patrimônio público em estatais foi diminuído, desde 1995, em R\$ 63,3 bilhões, em reais correntes (equivalente a R\$ 155 bilhões em maio de 2002).

A irresponsabilidade fiscal da política econômica dos últimos oito anos deixou o país e o Estado brasileiro em uma situação faltimenter. A política de superávits fiscais, tal como foi praticada, resultou apenas no agravamento dos desequilíbrios das contas públicas, restando ao sucessor de FHC uma herança fiscal maldita. Sair dessa situação não será fácil para nenhum governo. Mas as condições preliminares para sua solução são a mudança da política econômica e a volta do crescimento econômico.

Embora superávits primários possam ser necessários para reverter a situação de quase insolvência da dívida pública, nada se conseguirá sem que se mude as atuais políticas monetária e cambial. Precisamos, principalmente, de novas políticas, sustentáveis a baixas taxas de juros, que garantam, ao mesmo tempo, a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal. E que estejam a serviço de políticas creditícia, industrial e tecnológica que tragam de volta um crescimento econômico acelerado, que signifiquem melhoria das condições de vida dos trabalhadores, diminuição da vulnerabilidade externa e mais autonomia para nossa economia.

O que se apresenta para os brasileiros é a defesa de um novo rumo para o Brasil, com um governo que tenha o compromisso com o país em mais do que mera peça de retórica. Efetivamente precisamos de crescimento econômico e políticas monetária e cambial fiscalmente responsáveis. Fora disso, não há solução para a dívida nem equilíbrio no orçamento fiscal, só se fará aprofundar nossa dependência e fragilidade, contribuindo para aumentar a herança maldita que FHC, Malan e Serra deixaram para o povo brasileiro.

MOVIMENTO

A reforma trabalhista e sindical no próximo governo

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ*

A julgar pelos programas de governo e declarações dos principais candidatos à Presidência da República haverá reformas na legislação trabalhista e sindical, inclusive em patamar constitucional. A amplitude dessas mudanças e sua repercussão sobre os direitos trabalhistas e a organização sindical dependerá de quem for o eleito.

As iniciativas do governo FHC

No governo do presidente Fernando Henrique, houve duas tentativas nessa área, uma na esfera infraconstitucional e outra em nível constitucional. No primeiro caso, foi o projeto de flexibilização da CLT, atualmente em tramitação no Senado. No segundo, foi a Proposta de Emenda Constitucional 623, que foi arquivada na Câmara.

No caso da CLT, em uma proposta aparentemente inofensiva, o projeto tem por objetivo flexibilizar os direitos sociais do artigo 7º da Constituição, ao permitir que conquistas como 30 dias de férias, acréscimo de um terço na remuneração das férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença-maternidade, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, multa de 40% no ato da dispensa, entre outros, possam ser livremente transacionados mediante negociação coletiva.

No caso da PEC 623, o objetivo era instituir a pluralidade sindical, dando aos trabalhadores e empregadores total e irrestrita liberdade para fundação ou criação de

sindicato, sem qualquer outra exigência além da vontade política dos interessados. A proposta, como se verá a seguir, ultrapassava os limites da Convenção 87 da OIT, que trata de liberdade e autonomia sindical.

Proposta de desmonte sindical

Resumidamente, a Proposta de Emenda pretendia o desmonte sindical, com: a) o fim da unicidade sindical, b) a instituição de um sistema de liberdade plena, de pluralidade sindical, c) a extinção da contribuição sindical, d) a eliminação da substituição processual, e) a possibilidade de criação de sindicato por empresa, f) a limitação da representação sindical apenas aos associados, g) a restrição do acesso individual do trabalhador à Justiça do Trabalho, através de conciliação prévia no âmbito da empresa, h) a extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho; e i) a definição do critério de razoabilidade na definição da mensalidade social e contribuições em favor das entidades sindicais.

No próximo governo, exceto Anthony Garotinho, qualquer um dos outros principais candidatos (Serra, Lula e Ciro), uma vez eleito, deverá propor ao Congresso Nacional mudanças, tanto na estrutura sindical, quanto nas relações de trabalho no País.

Serra planeja flexibilização da CLT

Na eventualidade da eleição de José Serra, o projeto que flexibiliza a CLT ganhará impulso no Congresso, onde aguarda votação



Trabalhadores com Lula: as melhores propostas

no Senado. O senador já manifestou sua opinião favorável sob o falso fundamento de que não haverá perda ou redução de direitos. Já na questão sindical, a posição do candidato oficial é mais radical ainda. Ele defende a unicidade para os patrões e a pluralidade para os trabalhadores, cabendo ao primeiro escolher o sindicato de trabalhadores com o qual pretende negociar.

Quando era deputado, ainda na revisão constitucional, José Serra apresentou a Proposta nº 16.643 ao artigo 8º da Constituição para quebrar a unicidade e instituir a pluralidade sindical, nos seguintes termos: "a lei disporá sobre os critérios de reconhecimento pelo empregador ou por sua entidade sindical, das entidades sindicais de trabalhadores, pa-

ra efeito de negociação coletiva".

Lula defende Convenção 87

Na hipótese de eleição de Lula, é certo que desistirá do projeto de flexibilização da CLT, mas iniciará o debate sobre o contrato coletivo e o código de trabalho, com direitos mínimos, a ser definido a partir de debates no chamado Fórum Nacional do Trabalho, que pretende instituir.

Na questão sindical, é conhecida a posição de Lula. Ele sempre defendeu a Convenção 87 da OIT, cuja ratificação pelo Brasil requer mudança no art. 8º da Constituição, em especial para a remoção do princípio da unicidade e da contribuição sindical. Como deputado votou contra a estrutura

sindical que foi vitoriosa na Constituinte.

Ciro e as propostas da Força

Na hipótese de eleição de Ciro Gomes, a tendência é que patrocine as iniciativas de seu candidato a vice-presidente, que foi um dos inspiradores do governo FHC, em especial dos ex-ministros do Trabalho e Emprego, Edward Amadeo e Francisco Dornelles, para o envio ao Congresso tanto da PEC 623 quanto do projeto de flexibilização da CLT.

A idéia de Paulinho, vice de Ciro, é promover um plebiscito sobre as relações de trabalho como forma de legitimar essa mudança, que sofreu resistências dos reais defensores dos trabalhadores. Na questão sindical, certamente patrocinará uma proposta de conteúdo equivalente ou igual à que foi arquivada na Câmara dos Deputados.

Assim, num eventual governo Ciro Gomes, além da reapresentação da PEC sobre estrutural sindical, ganha força o projeto que determina a prevalência do negociação sobre o legislado em matéria trabalhista.

Como se vê, os trabalhadores em geral e as lideranças sindicais em particular devem estar preparados para o debate dessas matérias, seja no Fórum Nacional, seja no plebiscito ou no Congresso, onde as iniciativas governamentais deverão ser apreciadas conclusivamente.

* jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

“Campana” policial prende Rainha no assentamento Che Guevara

A Polícia Civil de São Paulo anunciou dia 5 a prisão do líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) José Rainha Júnior. Ele foi preso numa “campana” montada no assentamento Che Guevara, no Pontal do Paranapanema, São Paulo. José Rainha ficará detido aguardando julgamento do processo em que é acusado por “formação de quadrilha”.

O inquérito policial que resultou no processo contra Rainha foi feito pelo delegado Donato Farias de Oliveira. Os fatos relatados no inquérito ocorreram em 2000, quando Rainha liderou uma série de invasões a fazendas e prédios públicos na região do Pontal do Paranapanema. Naquela ocasião, foram ocupados prédios do Fórum, do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e do Banco do Brasil.

O MST pedia mais empenho do poder público para conceder financiamentos aos trabalhadores que já estavam assentados na região. Além de Rainha, quatro pessoas tiveram mandados de prisão expedidos no mesmo inquérito, mas continuam foragidas.

Plenária da regional Bahia elege coordenação da CUT Sudoeste/BA

LORENA DI LAURO

Em Plenária Regional realizada no Sindicato dos Bancários, no dia 31 de agosto, foi organizada a CUT Sudoeste/BA. A Plenária contou com a participação expressiva de sindicatos de toda a região, o que demonstrou a organização dos trabalhadores nesta nova fase da Central no estado. Estiveram presentes mais de 130 pessoas, sendo que 96 eram delegados representando 33 sindicatos da zona urbana e rural das cidades de Vitória da Conquista, Brumado, Jequié, Itapetinga e Guanambi.

Entre as deliberações da Plenária está o apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, entendendo que as mudanças que interessam à classe trabalhadora e à população em geral só serão conquistadas através de um projeto que contemple os interesses de todos, como mais empregos, sa-

ários dignos, garantia dos direitos estabelecidos pela CLT, saúde e educação de qualidade. Foi aprovada uma moção de apoio ao povo palestino, que vive uma situação de terror diante dos sucessivos ataques realizados pelo Iraque, que causaram centenas de mortes e milhares de feridos. O apoio ao Plebiscito sobre a Alca, Área Livre de Comércio das Américas, foi outra decisão da Plenária, que entendeu a necessidade de combater mais essa tentativa dos Estados Unidos de dominar o comércio latino-americano.

A coordenação eleita no final da Plenária Regional da CUT Sudoeste contemplou as microrregiões e sindicatos do campo e da cidade. São coordenadores: Marcos Andrade (APLB/Regional do Sudoeste), Eduardo Moraes (Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e Região), Mailcio Pires Nogueira (SIN-SERV/Vitória da Conquista),

Neide Sampaio (Sindicato dos Servidores Municipais de Jequié), Celso Argolo (Sindicato dos Bancários de Jequié), Nancy Gonçalves (APLB - Delegacia de Itapetinga), Juvêncio da Silva Filho (Sindicato dos Mineradores de Brumado), Natalino Antônio dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Antônio), Roque Moraes Lima (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irajuba). Como suplentes: Édio Pereira (Sindicato dos Mineradores Brumado), Fabrício Falcão (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Serra) e José Antônio Alcântara (SINSERV/Vitória da Conquista).

Durante a atividade o presidente da CUT-Bahia, Everaldo Augusto (ligado à Corrente Sindical Classista), fez um panorama das lutas sindicais no estado, ressaltando a posição da entidade no combate à flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores

como FGTS, 13º Salário, e outros, e ressaltou a necessidade de combater o desemprego através de políticas públicas de incentivo à produção e geração de emprego e renda, por meio da redução da carga horária semanal de trabalho.

Para Marcos Andrade, “a criação da CUT Sudoeste fortalece o movimento sindical da região e ao mesmo tempo impõe novos desafios para todos os trabalhadores, como garantir uma infra-estrutura capaz de atender o movimento sindical, acompanhar as principais lutas dos trabalhadores, ampliar a coesão entre o movimento sindical urbano e rural, criar novos sindicatos e/ou delegacias nas categorias ainda desorganizadas, estimular o caráter classista e combativo dos sindicatos e priorizar o trabalho de formação, preparando os dirigentes para vencer os desafios impostos pelo atual modelo econômico e social”.

MOVIMENTO

TST quer o fim das Comissões de Conciliação Prévia

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, voltou a defender a imediata extinção das Comissões de Conciliação Prévia (CCPs). Segundo o ministro, inúmeras irregularidades vêm sendo cometidas pelos integrantes das comissões durante os processos trabalhistas. "Tem conciliador ganhando, ilegalmente, R\$ 50 mil por mês e quem paga a conta é o trabalhador. Ou se corrige a lei, ou se extingue as comissões", afirmou o ministro.

As CCPs foram criadas em janeiro de 2000, sob o pretexto de desafogar a Justiça do Trabalho. Como a legislação não previu quem paga a conta pelo trabalho dos conciliadores, eles, segundo o ministro, estão retirando um percentual sobre o valor acordado, o que é ilegal. "Além disso, muitos acordos são fechados de forma forçada, em detrimento dos direitos dos trabalhadores", afirmou, concordando com as críticas que os sindicalistas fizeram à época em que as comissões foram instituídas.

Atualmente, os trabalhadores não têm como fugir das Comissões de Conciliação Prévia. De acordo com as alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), qualquer demanda de natureza trabalhista deve ser primeiramente submetida às CCPs. Só é possível recorrer à Justiça do

Trabalho se não houver acordo entre as partes. Há, inclusive, a exigência de anexação da declaração de tentativa de acordo entre empregador e empregado. Caso haja acordo, mas o trabalhador não sair satisfeito, ele pode até recorrer, mas a empresa se exime de qualquer obrigação ao apresentar o termo de conciliação.

A Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) apurou que irregularidades acontecem com freqüência, e em vários estados brasileiros, inclusive com a cobrança de um valor mínimo. Também ocorrem outros problemas, como a quitação geral de direitos, e não apenas das parcelas objeto da transação; e o uso do logotipo oficial do Judiciário, o que leva o trabalhador à crença de que a decisão é proveniente da Justiça do Trabalho, o que não é verdade.

O presidente do TST sugeriu substituir as comissões por juízes do Trabalho, especializados em conciliação prévia. A parte apresentaria a sua reclamação ao juiz conciliatório e, se não houvesse conciliação, o processo seria distribuído para outras varas do Trabalho. "Não pode é continuar como está", disse Fausto. A proposta original das comissões de conciliação incluía a participação da figura do juiz do Trabalho como homologador de acordos, que evitaria que o trabalhador fosse

espoliado pelas comissões. "Mas a idéia foi alterada no meio do caminho", afirmou o ministro.

Uma portaria assinada em 15 de agosto passado pelo ministro do Trabalho, Paulo Jobim Filho, para regulamentar o funcionamento das comissões, não estipula uma punição aos infratores. Criou-se uma situação inusitada no Direito Trabalhista: se um empregado falta ao trabalho, por exemplo, ele é punido duas vezes – tem o dia descontado no salário e, depois, na contagem das férias. Mas os patrões podem impor ao funcionário um acordo lesivo nas CCPs, e não haverá punição!

"O infrator precisa saber que poderá ser punido exemplarmente, caso contrário, ele gosta de desafiar a lei", disse Fausto. O presidente da Anamatra, Hugo Melo Filho, também entende que as previsões contidas na portaria de nada adiantarão se não houver efetiva fiscalização e aplicação de multas. A entidade elaborou um anteprojeto de lei para aperfeiçoar a legislação existente. O texto traz alterações como a vedação de cobrança, o fim obrigatoriedade, a limitação do alcance dos efeitos da conciliação, além de julgar necessário definir responsabilidades pelos eventuais abusos cometidos. A proposta encontra-se na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Queda da renda do povo faz empresas produzirem para os ricos

As empresas brasileiras estão aos poucos abandonando a estratégia de ganhar escala para aumentar a rentabilidade. Com o empobrecimento da classe média, indústrias como as de eletroeletrônicos e de automóveis estão priorizando produtos mais sofisticados, voltados para a população de maior poder aquisitivo.

Carros populares e televisores de 20 polegadas vão perdendo importância no planejamento estratégico das companhias. A versão mais simples do Gol, da Volkswagen, está custando mais depois da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados. Mas os modelos mais luxuosos continuam levando a vantagem da redução de imposto. As fabricantes de televisores Philips e Philco dirigiram o foco para a produção de modelos "wide screen" (tela panorâmica) em detrimento dos produtos de 14 e 20 polegadas.

Os trabalhadores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Campinas (STU) elegeram no início do mês a Chapa 2, Alerta Unicamp, para a direção da entidade. Concorreram também as chapas Apesar de Você... amanhã Vai Ser Outro Dia!; Tá na Hora da Virada!; Pela Base Prá Lutar; e Resistência: 20 Anos de Luta.

Diversas personalidades da vida política, sindical, estudantil e do movimento comunitário de

A queda na renda real do brasileiro tem motivado o novo posicionamento, de acordo com Dirceu Bezerra Jr., economista da Rosenberg & Associados. "A classe média brasileira está sofrendo uma queda da renda disponível e a indústria acaba partindo para o topo da pirâmide e buscando produtos para os consumidores de maior poder aquisitivo", diz Bezerra. Segundo ele, outro movimento que vem ocorrendo é o lançamento de produtos mais baratos, para as classes D e E.

De acordo com levantamento da Rosenberg, a renda disponível da população cresceu 42,7% entre 1993 e 1997. De lá para cá, só fez cair. Está agora apenas 10% acima da verificada em 1993 e praticamente no mesmo patamar da de 1994. "E não estamos incluindo nesse cálculo a carga tributária. Hoje, o brasileiro paga CPMF,

que não pagava antes, e a tabela do Imposto de Renda não foi corrigida durante todos esses anos", diz Dirceu.

Para as empresas, há ainda uma outra dificuldade: o aumento dos custos. No caso dos eletroeletrônicos, por exemplo, muitos componentes são importados (sujeitos, portanto, à variação cambial) ou feitos de resinas plásticas, que tiveram seus preços reajustados com a alta do petróleo e do dólar.

A queda na demanda – e, consequentemente, da produção – também tem provocado um aumento dos custos unitários. "Há custos fixos, como de maquinário, que acabam sendo divididos por uma produção menor. O resultado é um custo maior por produto", diz Dirceu. Somados, esses fatores explicam por que a indústria agora está de olho em quem tem mais dinheiro.

Trabalhadores da Unicamp elegem direção sindical

Campinas prestigiaram a apuração dos votos que ocorreu no Ginásio Multidisciplinar da Unicamp. Entre elas, o deputado estadual Renato Simões (PT); o vereador Sérgio Benassi (PCdoB); a vereadora Maria José Cunha (PT); o presidente do PCdoB, Eduardo Debrassi; a diretora do Sindicato dos Jornalistas, Márcia Quintanilha; a diretora da Confederação Nacional das Associações de Moradores e da Federação das Associações Comunitá-

rias do Estado de São Paulo, Veruska T. F. de Carvalho; o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Campinas, Antônio dos Santos Filho; a diretora da Associação dos Professores da Puccamp, Clotilde Lemos Petta. Os diretores da União Campineira dos Estudantes Secundaristas; da União da Juventude Socialista; da União Paulista dos Estudantes Secundaristas e do DCE da Puccamp e da Unicamp também marcaram presença.

INTERNACIONAL

"Mudança de humor" leva trabalhadores dos EUA à luta

No Dia do Trabalho, que nos Estados Unidos foi celebrado em 2 de setembro, o jornal "The New York Times" noticiou que "o humor entre os trabalhadores norte-americanos tornou-se ansioso e até irado".

"Os sindicatos estão ameaçando greves de 10 mil estivadores, 10 mil porteiros de Boston e 25 mil trabalhadores da Boeing, por razões que preocupam os trabalhadores em geral: os preços dos serviços de saúde em rápida elevação, o vagaroso aumento dos salários e temores pela segurança no emprego", disse o jornal.

Desemprego e baixos salários provocam os movimentos

Os portuários podem paralisar os portos da Costa Oeste devido a ameaças de demissões. Os trabalhadores da Boeing no Kansas, Oregon e Washington em breve votarão a decretação de uma greve porque a empresa está transferindo postos de trabalho para o exterior. Os porteiros de Boston também ensaiam uma paralisação e em Chicago 7 mil empregados de hotéis já estão convocando a sua. Em ambos os casos, querem melhores salários e planos de saúde para suas famílias.

O artigo, assinado por Steven Greenhouse, cita também "greves de grandes dimensões" ocorridas depois do 11 de setembro em muitas indústrias, nas empresas aéreas, hotéis e serviços financeiros.

"Os economistas dizem que o humor dos trabalhadores norte-americanos azedou, entre os sindicalizados e não sindicalizados, porque os salários estagnaram e o desemprego cresceu mais de 6%, o maior aumento em oito anos", diz o jornal. O número de postos de trabalho no setor privado é hoje cerca de 2% menor que no início de 2001.

O "New York Times" cita um estudo sobre "O estado da América trabalhadora", da organização não governamental Instituto de Pesquisa Econômica, segundo o

qual os salários norte-americanos estão em seu nível mais baixo desde 1995. O mesmo documento aponta que o fosso entre a renda dos mais ricos e o resto dos norte-americanos está voltando a se alargar, depois de ter diminuído no fim da década passada.

Empresas perdem pontos, sindicatos ganham

Uma pesquisa realizada pelo instituto Peter D. Hart Research Associates, diz ainda o artigo, registrou que 58% dos trabalhadores estão insatisfeitos com o estado da economia dos EUA; no início de 2001, essa percentagem era de 34%. A pesquisa registrou também um índice de 39% de sentimentos negativos face às corporações empresariais, contra 30% de sentimentos positivos. O jornal registra uma "brusca reversão" face a janeiro de 2001, quando 42% declaravam sentimentos positivos e 25% sentimentos negativos em relação às empresas.

A sondagem do instituto Hart aponta um maior apoio aos sindicatos em consequência dessa mudança de estado de espírito dos trabalhadores norte-americanos. Cinquenta por cento dos assalariados não sindicalizados disseram que se filiariam a um sindicato se pudessem. É o mais elevado índice em duas décadas; no ano passado ele era de 42% e no fim dos anos 80 não passava de 30%. O número dos refratários à sindicalização caiu para 43%, contra 65% duas décadas atrás.

Os Estados Unidos, ao contrário do restante do mundo, ignoram o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, e celebram seu Dia do Trabalho na primeira segunda-feira de setembro. É que a origem do 1º de Maio remonta à grande greve geral de 800 mil operários de Chicago, em 1886, e ao enfocamento dos quatro "mártires de Chicago" pelo Estado norte-americano – um episódio que o establishment dos EUA preferiria ver esquecido.

ASSINE A CLASSE OPERÁRIA

Alameda Sarutaiá, 185, CEP 01403-010, Jardim Paulista, São Paulo, SP

Tel.: (11) 3054 1800 Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

12 edições = R\$ 20,00

Pagamento:

- Cheque nominal
- Dinheiro
- Vale postal nº

- Cartão nº
- Validade
- Depósito na conta

Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura:

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

EUA provocam fracasso da Rio+10

JAIME SAUTCHUK

O anúncio do fracasso da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), encerrada ontem em Joanesburgo, na África do Sul, foi provocado pelos EUA. Foi merecida, pois, a estrondosa sessão de vaias que fez o secretário de Estado Colin Powell interromper seu discurso na reunião final.

Em verdade, a Conferência comprovou que a questão ambiental não é assunto isolado. Ela está imbricada até o último fio de cabelo com a economia e o desenvolvimento social dos povos do mundo. Os EUA, sob o comando de Bush, se isolam na questão, mas ganham ao impedir qualquer avanço.

A Rio+10 terminou melancolicamente, com acordos e decisões vagas, genéricas, que nada acrescentaram às decisões da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. Ao contrário, significaram um retrocesso, fazendo jus ao apelido de Rio menos 10, de que se falava um mês atrás.

Unanimidade burra

O grande problema neste fórum internacional é que as decisões só podem ser tomadas por unanimidade. Assim, os interesses particulares de países, principalmente dos EUA, impedem que as decisões sejam tomadas.

A proposta brasileira de ampliar para 10% a participação das fontes renováveis na produção de energia, até 2010, por exemplo, foi derrotada. Neste caso, os EUA contaram com a ajuda dos países produtores de petróleo, inclusive a Rússia, que já é o maior produtor mundial.

China debate comercialização da educação

DIÁRIO DO PVO*

Algumas especialistas consideram que a introdução de operações comerciais na educação é benéfica à solução do problema de escassez de recursos. Julgam que a prática corresponde às demandas do desenvolvimento econômico da China. No entanto, outros analistas alertam que essa comercialização deve responder às condições do país.

Educação não é negócio.

Wang Shouchang, membro do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e professor do Instituto de Filosofia da Universidade do Sul da China, considera a educação "uma causa do bem-estar público e não um negócio. No entanto, alguns economistas e comerciantes advogam a teoria da 'troca de dinheiro por conhecimento'. Em consequência, algumas localidades trataram de fundar escolas de luxo, de alto preço, com fins lucrativos. Devemos levar em conta o custo do ensino, mas isso não significa que as instituições educacionais sejam empresas de negócios".

O mais sério problema que afeta as instituições de ensino superior da China é o "padrão de

Bush, como se sabe, é ligado à indústria do carvão, que não tem o menor interesse em energia vindas do sol, dos ventos, da água ou da biomassa vegetal. A delegação ianque usou da pressão e fez com que, sobre a questão, saísse uma recomendação genérica, sem metas a se alcançar.

Mas isso é, digamos, um detalhe na discussão sobre o desenvolvimento sustentável. No fundo, o que se discute é a mudança do modelo em vigor no mundo – o capitalista. Nos discursos em Joanesburgo, quase todos os chefes de Estado reconheceram que a desigualdade não pode seguir como está.

Mas, na hora definir como fazer isso, saiu apenas uma recomendação para que os ricos destinem 0,7% dos seus PIBs aos países em desenvolvimento. Sem falar de que forma ou de metas a serem atingidas. E não se tocou na questão do consumo de bens supérfluos, por exemplo.

Não avança por quê?

A Eco-92 adotou uma série de decisões, que foram agrupadas na chamada Agenda 21. Mas os dois acordos principais foram o do Clima na Terra, que virou Protocolo de Kioto na discussões que se seguiram, e a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica (CDB). Mais de cem países, inclusive o Brasil, assinaram os dois. Os EUA, nenhum.

A Rio+10 poderia ter servido, pelo menos, para ratificar as decisões anteriores, mas não serviu. O problema tem raiz econômica. A questão do clima, por exemplo, exige mudança na matriz energética, que implica novos investimentos e redução de lucros.



O povo e o planeta não são um grande negócio, diz a faixa

Já a diversidade biológica, que movimenta 800 bilhões de dólares por ano (medicamentos, cosméticos e alimentos) no mundo, empresta em quatro aspectos básicos: (1) o acesso aos bancos genéticos, hoje via biopirataria, tem que ser regulamentado; (2) deve haver repartição dos lucros de quem fabrica um produto com quem detém a biodiversidade; (3) o conhecimento tradicional (de indígenas, de caboclos etc) deve ser levado em conta; e (4) há que mudar o sistema de registro de patentes.

Tudo tem preço

Vale lembrar que muitos medicamentos e cosméticos são produzidos em outros países a partir de plantas brasileiras, mas as patentes são dos fabricantes, que se apropriam do princípio ativo das plantas. E agregam-lá um valor que poderia estar sendo agregado a esses produtos aqui.

No caso dos recursos fitogenéticos (alimentos), na lista dos 20 sobre os quais já tem acordo internacional, o Brasil tem apenas um: a

mandioca. E pleiteia mais o amendoim, no momento. Tomate e milho são do México, soja é da China, arroz é da Índia e assim por diante.

Significa dizer o seguinte: para você fazer uma soja tropical, por exemplo, como a Embrapa desenvolveu, ela precisa ter o gene da matriz chinesa. A transgênica, que sofre transformação genética, também precisa. E isso, hoje, tem preço. Ou seja, na questão dos alimentos, os EUA se atrasaram e o mundo criou normas.

Na questão da biodiversidade, isso ainda não ocorreu. Por analogia, o que deveria vigorar é que um medicamento ou cosmético também pagasse pelo uso da matriz. O que ocorre, entretanto, é o contrário - as regras internacionais de patentes ainda em vigor fazem com quem você, que tem a matriz, tenha que pagar para o outro para poder utilizá-la. É isso que está em jogo.

A geopolítica

A questão ambiental tem tudo a ver com o uso dos recursos

Estímulo ao desenvolvimento

Já o economista Dong Fureng considera que "o desenvolvimento das empresas educacionais estimulará com eficácia o consumo e o investimento. Dado que o aumento da demanda doméstica é hoje uma importante força impulsora do desenvolvimento econômico, tenta-se aproveitar cada vez mais o potencial do setor educacional. Sob o prisma econômico, o desenvolvimento educacional estimulará a demanda em termos de consumo e investimento, impulsionando com eficácia seu crescimento. No que se refere ao consumo, a educação é um serviço especial, que atenderá às necessidades do público quanto ao treinamento mental, intelectual e físico. É também uma opção válida de investimento. A idéia de que a educação útil não se vincula ao sistema econômico do mercado socialista mostrou-se antiquada.

Ao economista Wu Jinglian também "não agradam as proposições, debilmente sustentadas, sobre encarar a educação como se fosse um negócio. A educação faz parte da indústria terciária, porém, incorpora vários aspectos não lucrativos. É altamente prejudicial que muitas pessoas se dediquem à comercialização educacional. Nos últimos anos floresceram na China as escolas privadas, que constituem um tremendo desafio para as escolas públicas. Isso é alentador. No entanto, em alguns lugares estão se instalando escolas médias e elementares de luxo, e até pré-escolas. Num momento em que o ensino obrigatório de nove anos ainda não se universalizou em todo o país, o surgimento de escolas de luxo com elevadas mensalidades pode trazer consequências nefastas".

O bem-estar público e os serviços educacionais padecem de grave escassez na China. Sendo assim, a educação comercial desempenhará um papel significativo na redução dessa brecha".

Também o economista Xiao Zhueji opina que "as empresas educacionais estão entre os novos estímulos ao desenvolvimento econômico do século 21. A educação é ao mesmo tempo consti-

naturais. Por isso, algumas questões de cunho aparentemente políticos, afloraram em Joanesburgo. Os países árabes saíram em defesa do Iraque e a questão da Amazônia gerou muitas discussões, por exemplo.

A questão do carro a álcool aproximou o Brasil da Alemanha, e da Comunidade Européia, e a reforma agrária colocou a África inteira contra a Grã-Bretanha e os EUA. Foi quando Colin Powell falou contra o presidente Robert Mugabe, de Zimbabwe, que a platéia veio abaixado e o fez para de falar.

Powell criticou a reforma agrária naquele país (antiga Rodesia, do apartheid racial). Aliás, Mugabe foi reeleito recentemente pelo voto direto, numa eleição muito mais transparente que a de Bush.

Como mudar

A Rio+10 demonstrou, portanto, que a questão ambiental não deve ser vista como coisa de "ambientalista". Não se pode discutir o futuro da Humanidade sem que se observem, em profundidade, as condições de vida no Planeta. As próximas guerras já não serão mais pelo controle do petróleo, mas de um recurso natural muito mais visível: a água.

A Rio+10 (ou Rio menos 10) foi um fracasso como um fórum de decisões. Mas teve um aspecto positivo: demonstrou que houve um avanço na consciência mundial sobre o meio ambiente. E que os EUA reafirmam cada vez mais sua posição imperialista, querendo seguir com seu modelo predatório de desenvolvimento e controlar os recursos naturais do mundo.

investimento. Qual é o investimento economicamente mais rentável? Para mim é a educação, pois o conhecimento nunca perderá valor devido a flutuações de preço. Com exceção dos nove anos de ensino obrigatório não lucrativo, a gratuidade deve cessar para o resto do produto educacional. O país tem uma população enorme, que continua aumentando numa taxa de mais de 10 milhões de pessoas por ano".

Ele propõe a formação de "bancos de educação, criação de fundos educacionais, edição de bônus da educação e conceção de empréstimos ao ensino, obtendo recursos para esse projeto. O Estado deve estimular as instituições de ensino superior mais exitosas na área de pesquisa a formarem empresas de alta tecnologia e se lancarem ao mercado. Deve-se dar às escolas públicas o mesmo tratamento das escolas privadas. Por outro lado, deve-se intensificar também os esforços visando atrair estudantes estrangeiros para a China. Uma vez que o mercado educacional der frutos e se propagar, a prática de fazer com que o consumidor pague pela educação as empresas educacionais se converterá em um novo estímulo ao desenvolvimento econômico".

INTERNACIONAL

EUA celebraram 11 de setembro com política de agressão e guerra

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

Os Estados Unidos amanheceram neste 11 de setembro de 2002, a um ano dos atentados que atingiram ícones do poder econômico e militar e o orgulho nacional de país imperialista, com o rufar dos tambores de guerra. Neste momento, em que o cidadão comum norte-americano apenas lembra seus mortos, o governo se empenha no esforço para convencê-lo a retirar das cinzas da destruição uma declaração de guerra.

O ideal de liberdade do povo norte-americano, convencido até então da superioridade do seu sistema de governo sobre os demais, de repente se amesquinhou pela reação histérica, belicosa, agressiva do governo Bush. Um secretário de Justiça antidiluviano passou a ditar regras draconianas, decretou espionagem em entidades, partidos políticos, movimentos de contestação, prendeu e arrebentou, encarcerou imigrantes, indigitou, condenou por suspeita. A feérica Nova York, cadiño de civilizações, "capital do multiculturalismo e do mundo civilizado", se tornou cinzenta, incômoda, inóspita para os visitantes. O povo norte-americano, educado em certezas inamovíveis, desde a fundação da grande União, mergulhou na perplexidade ao constatar que o "destino manifesto" tem a relatividade de um ato insano, cuja autoria ele talvez jamais venha a conhecer com exatidão. Não purgou a dor, não secou as lágrimas e se vê lançado à inútil dúvida hamletiana: atacar ou não algum país, em alguma latitude, desencadear ou não uma guerra suja, terrorista também, contra um suposto, irreal, ilusório inimigo, fabricado pela ardilosa argumentação da ultradireita governante, liderada por Bush, Cheney, Rumsfeld e Ashcroft.

Golpe em escala mundial

A situação mundial já evoluiu negativamente com a imposição ao mundo do domínio unipolar dos Estados Unidos e a tendência cada vez mais manifesta dessa superpotência imperialista a fazer valer os seus interesses pela força. Mas é indubitável que o mundo se tornou pior, mais perigoso e instável depois dos nefastos acontecimentos de um ano atrás. O quadro mundial se deteriorou, um insuportável cheiro de pólvora e san-

gue empestou o ambiente, a guerra se tornou ato de rotina, a paz e a democracia ficaram mais distantes, valores quase químicos.

Se o 11 de setembro será sempre lembrado pelo atentado, o dia 20 do mesmo mês passou para a história como o da proclamação de um golpe mundial, em que os Estados Unidos se investiram de pretensões totalitárias. "Quem não está conosco está com o terrorismo", forçando a criação da "coalizão antiterrorista" e inquinando países e movimentos revolucionários como bandidos, expostos doravante ao ataque militar, a golpes de Estado e até mesmo à eliminação física de seus integrantes e dirigentes.

Depois surgiu o conceito do "eixo do mal", em que, segundo o arbítrio do governo estadunidense, foram enquadrados países como Iraque, Irã, Síria, Coréia do Norte e Cuba, acusados de possuir armas de destruição em massa, fomentar o terrorismo ou proteger terroristas. No mesmo pronunciamento, o presidente dos EUA falou também dos meios que pretende usar: "Empenharemos todas as armas de guerra que sejam necessárias". Armas químicas, biológicas, nucleares, são abundantes nos arsenais norte-americanos? Não nos submetamos à prova.

Bush foi enfático também quanto ao prolongamento no tempo da sua guerra e transparente nas pretensões de liderança dos Estados Unidos: "Não se tratará de uma guerra breve, mas prolongada através dos anos, sem precedentes na história. Tratar-se-á de uma luta de todo o mundo, de uma luta da civilização. A conquista do nosso tempo e a esperança para o futuro dependem de nós". O pronunciamento de Bush perante o Congresso naquele 20 de setembro marcou uma mudança de fase nas relações dos Estados Unidos com o resto do mundo e no exercício do hegemonismo norte-americano. Abriu-se um novo período de guerra, de ditadura global, de uso indiscriminado da força bruta, de desprezo pela legalidade internacional e pelas instituições multilaterais. Nenhum sentido mais para a existência da ONU, nenhum valor para documentos e tratados que expressem, embora formalmente, a soberania nacional e a igualdade entre as nações.

Abriu-se uma fase de militarização das relações internacionais, de decisões unilaterais, de poder do

mais forte de intervir nos assuntos do mais fraco, de derrogação dos direitos dos povos.

Guerra preventiva

Doze meses se passaram. Sob o pretexto de caçar Osama bin Laden, desmantelar a organização terrorista Al Qaeda e expulsar do Afeganistão o regime dos Talibãs, os Estados Unidos iniciaram a sua guerra infinita. Devastaram o Afeganistão, país já exaurido e exangue por guerras externas e civis. Hoje se encontram solidamente instalados no ponto estratégico, o sul da Ásia, onde se entrecruzam diferentes e conflitivos interesses do Irã, da Índia, da Rússia e da China.

Depois da guerra no Afeganistão, em que os Estados Unidos avançaram na ocupação de áreas estratégicas, o governo norte-americano decidiu acrescentar novos conceitos aos anunciamos no pronunciamento do presidente Bush de 20 de setembro do ano passado. Falando na cerimônia de formatura dos cadetes da Academia Militar de West Point, o chefe do Poder Executivo estadunidense anunciou a doutrina da "guerra preventiva". Não mais a dissuasão, não mais o revide, se atacado, mas o ataque preventivo sempre que houver a suspeita sobre preparativos de atos hostis contra o território dos EUA ou contra cidadãos norte-americanos.

Iraque, o próximo alvo

É precisamente essa concepção de guerra preventiva que informa a decisão dos Estados Unidos de atacar o Iraque. Os Estados Unidos formaram a certeza de que o Iraque possui armas de destruição em massa – biológicas e químicas – e está em vias de possuir artefatos nucleares. Logo, o Iraque é uma ameaça à humanidade, ou por outra, aos Estados Unidos. Um "país bandido", um "governo renegado" que, segundo essa ótica simplista, merece perecer e desaparecer.

A decisão de Bush esbarra, porém, em sérios obstáculos. A opinião pública norte-americana não está convencida a pagar o preço de mais uma empreitada militar externa. O Congresso tem sérias dúvidas e reluta em autorizar o ataque. E dentro do próprio establishment republicano há controvérsias. O secretário de Estado

Colin Powell não mostrou até agora as mesmas convicções do vice-presidente Cheney e seu colega, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld.

A tentativa de derrubar o presidente iraquiano, Saddam Hussein, poderá custar muitíssimo caro aos Estados Unidos. É objetivo que não pode ser alcançado apenas com bombardeios aéreos. Uma numerosa força terrestre teria de ser empregada para se defrontar com um exército forte e imbuído de fervor nacional. Tudo leva a crer que não seria um conflito de curta duração. É quase certo também que uma guerra desse tipo contagiaria toda a região do Oriente Médio e lançaria mais combustível na fogueira palestina. Matéria do jornal "The Washington Post", assinada por Walther Pincus, diz que George Bush, pai, que fez a Guerra do Golfo, em 1991, foi contra derrubar Saddam, tomar Bagdá e ocupar todo o país. Argumentava o ex-presidente que "os Estados Unidos poderiam ser uma força de ocupação em uma terra tremendamente hostil". "Tentar eliminar Saddam, disse Bush, pai, passando da guerra terrestre para a ocupação do Iraque, teria fugido à nossa diretriz de não alterar objetivos no meio do caminho, e teríamos incorrido em incalculáveis custos humanos e políticos".

Seguramente, mudou para pior a política externa dos Estados Unidos sob o governo de George Bush, filho. Mudaram as condições no mundo, se tornaram mais prementes as ações agressivas visando a assegurar a hegemonia sobre áreas estratégicas, mas certamente não são menores hoje os riscos do que os descritos pelo ex-presidente. Apesar deles, tudo indica que os Estados Unidos não vão desistir de seu intento e se lançam freneticamente à preparação do ataque.

Cenário externo difícil para os EUA

Bush vai tentar convencer a comunidade internacional, exercer pressão, brandir ameaças, tentar a anuência e a autorização das Nações Unidas para o que pretende. Mas não deixará de dizer que sua opção é: atacar ou atacar. É o que se depreende da senha dada pelo vice-presidente Cheney: "Os Estados Unidos não aceitarão desfechos que limitem sua opções para atacar o Iraque". "Estamos ten-

tando seriamente não ser unilaterais. Estamos trabalhando com o Congresso para ganhar o apoio do povo americano, como muitos sugeriram que fizéssemos; estamos também indo à ONU, como muitos sugeriram; mas isso não significa que estejamos preparados para ignorar as realidades".

Mas Bush encontrará forte oposição às suas pretensões. Os países considerados aliados no Oriente Médio – Arábia Saudita, Egito, Jordânia e até o Catar, um pequeno Emirado no Golfo – já manifestaram de diferentes maneiras sua discordância com qualquer ação militar contra o Iraque. Conhecem a realidade, sabem das possíveis consequências. "Nenhum líder árabe será capaz de controlar as explosões de revolta das massas", expressou o presidente egípcio Hosni Mubarak. Atacando o Iraque, os Estados Unidos podem estar abrindo a "porta do inferno", como foi dito na Cúpula Árabe reunida no Cairo.

Acrescente-se a isso as oposições da China, Rússia, França (as três com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU) e da Alemanha e teremos um cenário dificilmente transponível no terreno político e diplomático. Restará aos Estados Unidos a ação unilateral, baseada no artifício de considerar vigente a autorização para o uso da força dada em 1991.

Depois, o que virá?

A "Guerra infinita" dos Estados Unidos, sob o pretexto de combate ao terrorismo, introduziu em definitivo a política de força e a agressão a países soberanos como atos de rotina na vida internacional. Assim, se deterioraram ao extremo os termos de convivência entre as nações e se altera todo o sistema internacional. Ruiu uma ordem antiga, substituída pelo imponderável, a insegurança e o caos. Depois do Iraque, não se sabe para onde os EUA voltarão suas armas. Os povos abominam o que se passou em 11 de setembro do ano passado. E condenam, porque lhes afeta a segurança, a soberania, a liberdade e a paz, a política de agressão e a guerra encetada pelo imperialismo norte-americano.

*jornalista, secretário de Relações Internacionais e vice-presidente do PCdoB

Efeitos econômicos de uma invasão do Iraque

Uma guerra contra o Iraque pode acarretar altos riscos econômicos caso se prolongue ou se espalhe por outros países do Oriente Médio, diz Howard Davies, chefe da Autoridade de Serviços Financeiros britânica. Segundo ele, uma guerra de pequenas proporções já está prevista no atual preço do petróleo, que subiu nas últimas semanas, e em parte das ações nas bolsas de valores: "Até certo ponto, os mercados já refletem no momento uma situação de guerra".

A questão apontada por Howard Davies é que, se uma eventual

guerra contra o Iraque não for rápida e pontual, os mercados ainda não estão preparados. Segundo a autoridade britânica, parte das baixas nos mercados financeiros se deve à incerteza tanto em relação à economia global como a questões políticas, como a guerra contra o Iraque. No entanto, os grandes investidores do mercado financeiro têm se protegido nos últimos meses contra essas incertezas e podem suportar novas perdas sem que haja uma queda muito grande no valor das ações.

No capitalismo, uma guerra costuma ser uma oportunidade de

ouro para os negócios para o país que permanece longe dos campos de batalha. O exemplo clássico é o dos Estados Unidos na 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Presentemente, quando a economia norte-americana continua relutando em partir para uma franca recuperação depois da recessão de 2001, os negócios bélicos são um fator de estímulo. É certo que os 48 bilhões de dólares acrescentados pelo presidente George W. Bush ao orçamento militar do ano fiscal que inicia agora contribuem para o déficit fiscal do Tesouro norte-americano, estima-

do em 165 bilhões de dólares. Mas, em contrapartida, injetam dinheiro em uma ampla gama de atividades industriais e de serviços.

No caso de um ataque ao Iraque, porém, há um complicador: o petróleo. O Iraque é o quarto maior exportador de petróleo do mundo, e já foi o terceiro, tendo recuado desde a derrota parcial na Guerra do Golfo de 1991. Além disso, ele faz fronteira com os dois primeiros exportadores: Arábia Saudita e Irã. Afoi o Kuwait, a apenas 500 quilômetros, os Emirados Árabes Unidos.

Uma invasão do país de Saddam Hussein pelos Estados Unidos, com ou sem a cobertura da ONU, pode conflagrar a região e provocar um novo "choque do petróleo", como os de 1973 e 1980. Estima-se que o preço do óleo cru possa subir dos atuais 28 dólares o barril para 35 ou 40 dólares. Isso teria desdobramentos recessivos nos Estados Unidos e especialmente na Europa Ocidental, muito dependente do petróleo. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Vigoroso golpe contra o capitalismo, em 11 de setembro

CARLOS POMPE

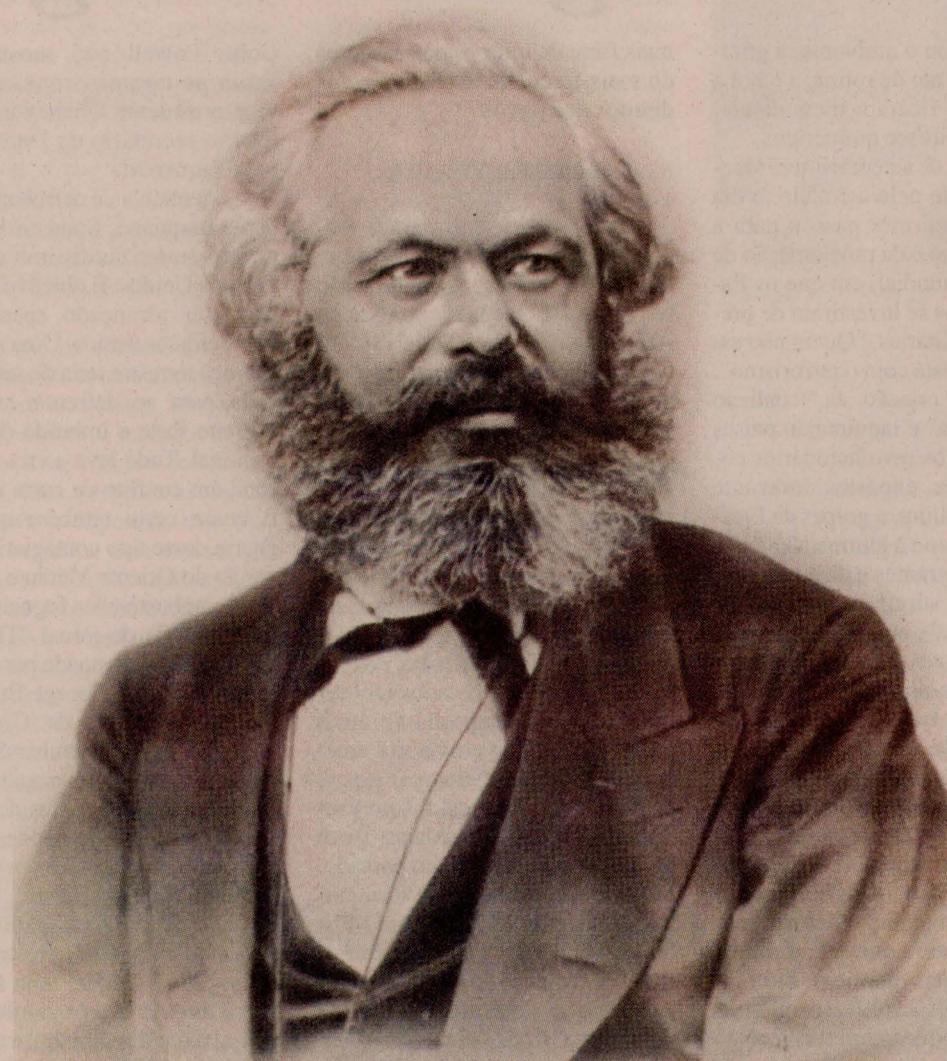
O 11 de Setembro ainda por muito tempo será lembrado como o dia dos deploráveis atentados às torres de Nova York e ao Pentágono, em Washington, ocorridos em 2001. Mas há 135 anos um outro acontecimento marcante ocorreu. Não um ato terrorista, mas o resultado de uma profunda análise da realidade econômica da época, embasada no materialismo histórico e dialético. Em 11 de setembro de 1867 saiu da gráfica o livro primeiro de *O Capital*, crítica da economia política, a obra principal de Karl Marx. Exatamente um mês depois, o dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores, o suíço-alemão, Johann Philipp Becker, exultou: "O Capital é para nós um gládio e uma couraça – uma arma ofensiva e defensiva".

O livro, dedicado ao estudo do regime econômico da sociedade capitalista, foi o fruto de 25 anos de trabalho. Após concluir a revisão da obra, em 15 de agosto, Marx escreveu ao amigo Friedrich Engels: "Sem a tua dedicação por mim, ter-me-ia sido impossível fazer os enormes trabalhos para os três volumes" (os outros dois volumes só seriam publicados após a morte de Marx, por Engels, e um quarto volume ainda seria editado, por Karl Kautski, após a morte de Engels). "I embrace you, full of thanks! (Abraço-te, cheio de gratidão)". Para escrever *O Capital*, o autor tinha "sacrificado saúde, felicidade e família". "Se ao menos os operários pudessem imaginar os sacrifícios que foram precisos para completar esta obra, que foi escrita somente para eles e no interesse deles!", escreveu Jenny, esposa de Marx. A edição lançada em 11 de setembro tinha mil exemplares.

Precisão e respeito

O Capital foi escrito com rigorosa precisão científica e estrutura dialética de investigação e de exposição. Trata-se de um gigantesco complexo filosófico construído com conhecimentos de Ciências Econômicas, História e Sociologia. Suas conclusões foram apoiadas por numerosas notas de pé de página e citações de referência. Um enorme esforço para o autor, que considerava o material em que estava trabalhando "abominavelmente complexo". Um respeito exemplar para com os seus leitores: no fim de 1865, o livro era um manuscrito de 1.200 páginas; no primeiro dia de 1866 Marx começou a preparar o texto para publicação, "lamber a cria para limpá-la, depois das longas dores do parto".

No primeiro livro de *O Capital*, Marx ocupa-se amplamente com a circulação do dinheiro, com as mercadorias, com os valores de troca e de usufruto e com a mais-valia, com taxas de lucro e forças de produtividade. No prefácio, o leitor é avisado: "Todo começo é difícil em qualquer ciência. Por isso, o capítulo primeiro é o que oferece maior dificuldade à compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria. Ne-



O autor, no ano da publicação de *O Capital*

le procurei expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e da magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentado em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é muito mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio, nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. (...) Excetuada a parte referente à forma do valor, não se poderá alegar contra este livro dificuldade de compreensão. Estou, naturalmente, pressupondo leitor que queira aprender algo novo, desejoso, portanto, de pensar por sua própria conta".

Numa carta, Marx sugeriu à esposa de Ludwig Kugelmann que "os capítulos sobre 'A jornada de trabalho', 'Cooperação, divisão do trabalho e manufatura' e, por fim, 'A acumulação primitiva' são os de leitura mais imediata".

Contribuição para a felicidade

A segunda edição saiu em 1873, e Marx enviou um exemplar a outro gigante

do pensamento do século XIX, Charles Darwin, que escreveu ao autor: "Agradeço-lhe por ter-me honrado com a remessa de sua grande obra sobre o capital, e, de todo o coração, gostaria de ser mais digno de receber-lá, tendo uma compreensão melhor do tema profundo e importante da economia política. Con quanto nossos estudos tenham sido muito diferentes, creio que ambos desejamos sinceramente a ampliação do saber e, a longo prazo, é certo que isso contribuirá para a felicidade da humanidade".

A filosofia de Marx, o materialismo filosófico, deu à humanidade poderosos instrumentos de conhecimento. Lenin, o dirigente da Revolução Socialista na Rússia, escreveu, em 1913:

"Depois de ter verificado que o regime econômico constitui a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx dedicou-se principalmente ao estudo deste regime econômico. A obra principal de Marx, *O Capital*, é dedicada ao estudo deste regime econômico da sociedade moderna, isto é, da sociedade capitalista".

Ele destaca que Marx mostrou "que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção" e que sob o capital "a força de trabalho do homem torna-se uma mercadoria". A teoria da mais-valia é a pedra angular da te-

Das Kapital.

Kritik der politischen Ökonomie.

Von

Karl Marx.

Erster Band.

Buch 1: Der Produktionsprozess des Kapitals.

Das Werk der Übersetzung wird vorbehalten.

Hamburg

Verlag von Otto Meissner.

1867.

New-York, L. W. Schmidt, 24 Barclay-Street.

A edição de 11 de setembro

oria econômica de Marx: "O operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista a mais-valia, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista".

Para Lenin, "Marx traçou o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a troca simples, até às suas formas superiores, até à grande produção".

"E de ano para ano a experiência de todos os países capitalistas, tanto os velhos como os novos, faz ver claramente a um número cada vez maior de operários a justezia desta doutrina de Marx.

"O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas esta vitória não é mais do que o prelúdio do triunfo do trabalho sobre o capital".

Segue teu caminho

No Brasil, *O Capital* só foi publicado em 1968, mais de 100 anos após a edição alemã, em plena ditadura militar. Os interessados em lê-lo, cuidavam de cobrir-lhe a capa, para evitar perseguições policiais. Mesmo hoje, sempre que algum adversário do marxismo se refere a *O Capital*, trata de manifestar sua hostilidade, de referir-se às "idéias ultrapassadas", ao espírito de "seita perniciosa" dos comunistas etc. etc. Mas, também neste caso, tornaram-se proféticas as palavras com que Marx encerrou o prefácio da primeira edição, em 25 de julho de 1867:

"Acolherei, com a maior satisfação, as manifestações da crítica científica. E quanto aos preconceitos da chamada opinião pública, torno minha, agora como dantes, a máxima do grande Florentino (Dante Alighieri):

Segui il tuo corso, e lascia dir le genti!
(Segue teu caminho e deixe que os outros falem!)"

